

Monoparentalidade Feminina na Guiné-Bissau Rural:
desafios das mulheres na gestão das suas famílias

Autora: **Mariett Faustina Ferreira Intumbo**

Orientadora: Professora Doutora Sónia Infante Girão Frias Piepoli

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Estudos Africanos

Lisboa 2021

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

Título: Monoparentalidade Feminina na Guiné-Bissau Rural: desafios das mulheres na gestão das suas famílias

Autora: Mariett Faustina Ferreira Intumbo

Orientadora: Professora Doutora Sónia Infante Girão Frias Piepoli

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Estudos Africanos

Júri:

Presidente:

Doutor Álvaro Luís Correia de Nóbrega, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Vogais:

Doutora Maria Celeste Gomes Rogado Quintino, Professora Associada do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Doutora Sónia Infante Girão Frias Piepoli, Professora Associada do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, na qualidade de Orientadora;

Doutor Carlos Eugénio Monteiro Cardoso, na qualidade de especialista de mérito reconhecido.

Lisboa 2021

Dedicatórias

À minha Avó Néné Mendes, mulher sábia que possibilitou e incentivou a minha educação formal!

Às Mulheres Rurais Guineenses, exemplos de coragem e resiliência, pela sua ação em prol do bem-estar das suas comunidades. Obrigada pela disponibilidade e ensinamentos ao longo deste projeto!

Agradecimentos

À minha mãe Domingas, mulher batalhadora, amiga e conselheira de todas horas, que não mediu forças para que este meu projeto se tornasse realidade. Obrigada pela incansável dedicação e amor!

Ao meu pai Incanha, pelo seu amor infinito e que sempre me apoiou e ensinou que com trabalho, coragem e determinação é possível concretizar os nossos objetivos. Meu primeiro Professor e responsável pelo meu interesse na vida académica e assuntos da África contemporânea,

Agradeço aos meus irmãos Onésio, Osvalda, Alicia, Tina e Saudinha pela paciência e por me inspirarem sempre!

Obrigada às minhas tias Mana Anisa e Iama por me terem recebido de braços abertos e dado um lar nas minhas diversas mudanças.

Ao Miguel de Barros que desde o primeiro momento me encorajou e se disponibilizou a receber-me e formar na ONG Tiniguena.

Um obrigado especial ao pessoal do projeto *Mulheres Rurais*, que se toraram meus grandes professores, amigos e companheiros neste percurso, Boaventura Santy, Tia Sábado Vaz, Samba, Vânia e Suely Santy. E aos demais membros *da família* Tiniguena em Bissau.

Ao General Adriano Makevela Mackenzie que desde o primeiro dia me apoiou e incentivou para que realizasse este projeto.

Aos meus grandes amigos, pessoas que tornaram este processo mais alegre, Leila, Rita, Lili, Lu, Ricardo Nascimento, Inês Batista, Rúben e Abner. Obrigado por estarem sempre presentes!

Por fim, um grande obrigado *do fundo do coração* à minha Professora e orientadora, Doutora Sónia Frias que fez muito para além de orientar esta investigadora indecisa. As palavras que aqui deixo não são o suficiente para demonstrar a minha gratidão. Estou grata por ter tido a paciência para me ouvir, discutir e aconselhar, por ter acreditado em mim e de forma incansável e de nunca me ter deixado desistir, mesmo nos momentos de maior desalento. Para si a minha eterna gratidão e reconhecimento do seu contributo na minha formação académica e pessoal. Sem dúvida a minha inspiração!

Resumo

Pesquisas empíricas indicam que nas zonas rurais da Guiné-Bissau, as mulheres têm conquistado relativa autonomia, nomeadamente nas questões da gestão dos seus agregados familiares. Contudo, existem ainda grandes desafios ao seu papel, notadamente o *braço de ferro* permanente entre a agenda feminista euro-americana, consolidada na ideologia de igualdade de género através da emancipação e independência da mulher sobre todos os aspetos da sua vida e corpo, contrariamente às circunstâncias africanas marcadas pela atualidade dos usos e costumes assentes na visão tradicional e patriarcal do papel do homem e da mulher na sociedade, que muitas vezes, aos nossos olhos, parece aliená-la da participação nos processos de tomada de decisão nos assuntos ligadas à sua comunidade, família e até mesmo da sua vida.

Estas duas mundividências, tradicional e estrangeira/importada têm marcado a realidade das mulheres nas zonas rurais guineenses, particularmente das chefes-de-famílias, que apesar da relativa autonomia motivada pela ausência masculina em casa, o seu poder e espaço de ação permanecem limitados. A esta condição somam-se problemas como a pobreza e consequente marginalização no acesso aos direitos básicos. Para atenuar estes desafios, as organizações da sociedade civil têm levado a cabo vários projetos junto destas comunidades, com a finalidade de empoderar as mulheres, todavia, e apesar de alguns resultados positivos, têm surgido novos problemas, nomeadamente a criação de dependência face a estas ajudas. A efemeridade destes apoios, de modo geral não permite o desenvolvimento sustentável, o que demanda das mulheres diferentes estratégias e ações para a (sobre)vivência e manutenção dos seus agregados e criação de mudanças substantivas a nível socioeconómico perduráveis. Neste sentido, as mulheres chefes-de-família têm resistido através do mutualismo feminino; cultivo e comercialização de produtos; criação de fundos monetários para a escolarização dos filhos, aquisição de terras para cultivo e até mesmo construção de casas.

Palavras-chave: Mulher Rural; Agregado Familiar Chefiado por Mulher; Guiné-Bissau; Desafios; Estratégias de vivência.

Abstract

Empirical research indicates that in rural areas of Guinea Bissau, women have gained relative autonomy, particularly in matters of household management. However, there are still great challenges to their role, notably the permanent *tug-of-war* between the Euro-American feminist agenda, consolidated in the ideology of gender equality through women's emancipation and independence from all aspects of their lives and bodies, contrary to the African circumstances marked currently by the uses and customs based on the traditional and patriarchal vision of the role of men and women in society, which often, in our eyes, seems to alienate them from participating in decision-making processes in matters related to their community, family, and even their lives.

These two worlds, traditional and foreign/imported, have marked the reality of women in rural Guinean areas, particularly these who are household heads, who despite the relative autonomy motivated by the absence of male authority at home, continue to feel their power and space for action limited. This condition is compounded by problems such as poverty and consequent marginalization in access to basic rights. To alleviate these challenges, civil society organizations have carried out several projects in this communities to empower women, although some positive results, new problems has arisen, namely the creation of dependence on these aids. The ephemeral nature of these assistances, in general, does not allow for sustainable development, which demands from women different strategies and actions for the subsistence and maintenance of their households and the creation of lasting substantive changes at the socio-economic level. In this sense, women heads of households have resisted through female mutualism; cultivation and commercialization of these products; creation of monetary funds for the schooling of children, acquisition of land for cultivation and even construction of houses.

Keywords: Rural Women; Female headed households; Guinea Bissau; Challenges; Living strategies.

Índice

Dedicatórias	iii
Agradecimentos	iv
Resumo	v
Abstract	vi
Índice de Anexos	9
Abreviaturas	10
INTRODUÇÃO	11
1.1. Objetivo geral.....	12
1.2. Objetivos específicos.....	12
1.3. Pergunta de partida.....	12
CAPÍTULO I – PERSPECTIVAS TEÓRICAS E HISTÓRICAS SOBRE A CONDIÇÃO DA MULHER DESDE O SÉC. XX	13
1. Que Feminismo(s)?	13
2. Família e agregados familiares na África: Tradição e Modernidade	18
2.1. A Mulher Africana na sociedade subsariana	20
2.2. Agregados familiares chefiados por Mulheres	21
2.3. Mulheres chefes de famílias (rurais), <i>garantes da produção</i> e do bem-estar familiar?	23
3. As agendas políticas internacionais e o empoderamento da mulher africana como imperativo ao desenvolvimento	25
3.1. O mito da cooperação para o desenvolvimento enquanto vetor de emancipação de ideias e da mulher africana	26
CAPÍTULO II – INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA E METODOLOGIA	29
Nota sobre o estudo...	29
1. Investigação empírica	29
1.1. O terreno e população alvo.....	34

2. Alguns dados sociodemográficos a fim de situar a realidade em estudo.....	34
2.1. Sobre a condição das Mulheres na região de Bafatá	36
2.2. Constrangimentos sociopolíticos ao desenvolvimento na região de Oio	37
2.3. A região de Cachéu e as limitações ao espaço de ação das mulheres	37
CAPÍTULO IV_CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS DA PESQUISA DE	
TERRENO.....	39
1. Desafios postos às mulheres chefes de família	39
1.1. Tradição e Monoparentalidade Feminina	40
1.1.1. <i>Porque é que as mulheres rurais assumem a chefia do agregado familiar?</i>	40
1.1.2. <i>As mulheres rurais e a privação aos direitos fundiários e económicos</i>	43
1.1.3. <i>Marginalização das mulheres nos processos de tomada de decisão</i>	44
1.2. “A mulher deve de sofrer e aguentar pelos filhos!”-Vulnerabilidade, violência e corrupção face à monoparentalidade feminina.....	48
1.3. A cooperação para o desenvolvimento no empoderamento feminino rural	51
2. Respostas as mulheres chefes de família aos desafios	57
2.1. Atividades geradoras de rendimento realizadas pelas mulheres	58
2.2. Criação de organizações e cooperativas.....	61
2.3. Aquisição de terras para culturas, habitação e manutenção das gerações futuras..	61
2.4. Possibilidades de ação e influência das mulheres chefes de família no meio rural	62
2.5. Realidades quotidianas na liderança dos agregados familiares monoparentais: mulheres e homens	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65

Índice de Anexos

ANEXO 1- Cronograma das visitas “Mulheres Rurais” da ONG Tiniguena.....	73
ANEXO 2- Data dos fora Regionais de Mulheres Produtoras Rurais da ONG Tiniguena....	74
ANEXO 3- Questões iniciais elaboradas em parceria com os técnicos da Tiniguena	75
ANEXO 4- Guião dos <i>djumbais</i> sobre a condição das mulheres chefes de família	77

Abreviaturas

CAF: Chefe do agregado familiar

DUDH: Declaração Universal dos Direitos Humanos

EUA: Estados Unidos da América

ILAP: Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza

INE: Instituto Nacional de Estatísticas

ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU: Organização das Nações Unidas

OSC: Organizações da Sociedade Civil

PAM: Programa Alimentar Mundial

PBF: Fundo de Consolidação da Paz das Nações Unidas

PCE: Programa de Cantinas Escolares

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SiSSAN: Sistema de Informação sobre Segurança Alimentar e Nutricional

SMART: Inquérito sobre o Estado nutricional das crianças menores de 5 anos e mulheres em idade reprodutiva

UNFPA: Fundo de População das Nações Unidas

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância

INTRODUÇÃO

Neste estudo pretendo aprofundar conhecimento sobre os principais desafios que se põem às mulheres chefes-de-famílias em contextos rurais da Guiné-Bissau, bem como as estratégias que desenvolvem para os enfrentar, e para assegurarem o reconhecimento do seu estatuto de chefes-de-família e a sua participação na comunidade.

Antes de avançar, importa recordar que as sociedades subsarianas passaram ao longo do último século por transformações que se articularam entre um passado colonial, as independências e consequentes mudanças conjunturais e o momento Global onde tentam ajustar um lugar. A Globalização apoiada nas tecnologias de informação tem permitido um exponencial aumento da circulação e troca de informação entre os meios urbanos e rurais, e um maior enredamento das estruturas produtivas, fatos que têm vindo a concorrer para a intensificação da complexidade das estruturas sociais, demográficas, económicas e culturais um pouco por todo o mundo, logo, também na Guiné-Bissau. De entre as profundas mudanças que a Globalização tem vindo a impor, destaco para esta análise, aquelas que concernem às estruturas familiares tradicionais em meio rural, nomeadamente o aumento de famílias monoparentais chefiadas por mulheres na Guiné-Bissau. Neste país, embora já se verifiquem alterações relativamente aos direitos *cívicos, económicos e sociais* destas mulheres, a sua autoridade e importância continuam em regra a não serem reconhecidas pelas comunidades locais (Barros e Semedo 2013:16) ou sequer pelos governos, pois que a própria legislação não reconhece ainda a condição de Mulher Chefe-de-Família.

Do ponto de vista da produção de literatura sobre o assunto na Guiné-Bissau, embora existam já algumas referências em estudos maioritariamente resultantes das pesquisas das organizações não-governamentais enquanto etapas necessárias à elaboração de projetos de cooperação para o desenvolvimento, muito pouco é publicado, e mesmo nos relatórios das Nações Unidas ou do Banco Mundial, são poucos ou inexistentes os dados para a Guiné-Bissau, facto que concorreu para a escolha deste tema.

Enquanto guineense, estudante do mestrado em Estudos Africanos, tive a oportunidade de estagiar na ONG Tiniguena, na Guiné-Bissau, entre Setembro e Dezembro de 2018 em que estive integrada como assistente técnica no projeto *Mulheres Rurais-Garantes da produção, Seguras nos Direitos e na Consolidação da Paz*, um projeto que visou empoderar mulheres e jovens para um maior engajamento na vida política do país, para assim poderem contribuir

para a consolidação da paz e o desenvolvimento. Este projeto foi executado pela Tiniguena, em parceria com o Programa Alimentar Mundial e financiado pelo Fundo de Consolidação da Paz das Nações Unidas.

A par do conhecimento adquirido no estágio, sempre tive grande interesse por estudar o trabalho das mulheres nos países em desenvolvimento e as estratégias por elas utilizadas na gestão das economias familiares. Tendo-me sido possibilitado o uso da informação recolhida no âmbito da realização do estágio para a execução deste trabalho, proponho-me aqui a estudar as mulheres rurais guineenses com dependentes menores de idade, responsáveis por responder às necessidades básicas dos seus agregados, sem apoios fixos de um marido ou parceiro.

1.1. O objetivo geral desta investigação é o de identificar e procurar compreender alguns dos desafios que se põem a este segmento de mulheres na gestão socioeconómica dos seus agregados familiares.

1.2. Perante isto defini como objetivos específicos:

1. Identificar as razões que levaram estas mulheres a tornar-se chefes de família;
2. Identificar as atividades geradoras de rendimento realizadas pelas mulheres;
3. Recensar as maiores dificuldades que estas mulheres identificam no que concerne às suas possibilidades de ação, atendendo ao meio social em que se encontram inseridas.

1.3. Pergunta de partida

“Como lidam as mulheres chefes-de-família rurais da Guiné-Bissau com os desafios que se lhes põem na gestão dos seus agregados familiares?”

CAPÍTULO I – PERSPECTIVAS TEÓRICAS E HISTÓRICAS SOBRE A CONDIÇÃO DA MULHER DESDE O SÉC. XX

1. Que Feminismo(s)?

A inclusão das temáticas relacionadas com a Mulher nas discussões sobre o Desenvolvimento acentuou-se nos anos sessenta, como resultado dos questionamentos sobre os motivos que constroem o desenvolvimento nos países mais pobres. A partir de então começa a abrir-se mais espaço para estudos sobre a ação e participação das mulheres em vários domínios do social. Essas análises acabaram por levar depois e necessariamente a um aumento de estudos e perspectivas teóricas no campo dos estudos sobre mulheres, sobre feminismos e género, alargado aos vários continentes, logo também a África (Frias, 2016). Tendo por objetivo conhecer e compreender os desafios socioculturais e as estratégias de resiliência utilizadas pelas mulheres rurais guineenses na gestão socioeconómica dos agregados familiares por elas chefiados e posteriormente compreender qual o contributo deste processo para a manutenção e bem-estar familiar, torna-se necessário começar por refletir sobre os pressupostos teóricos que sustentam os movimentos de emancipação da Mulher e da Mulher Africana em especial, para chegar à realidade da Mulher Chefe de família rural na Guiné-Bissau.

Segundo Barros e Semedo (2013), os movimentos da sociedade civil têm permitido a conquista e avanço dos direitos humanos das mulheres, na medida em que conseguiram mobilizar-se em torno de causas comuns, sendo esses movimentos transversais a várias sociedades, assumindo as particulares características do tempo e local em que são criados. É nesse sentido que se torna imperativo analisar historicamente algumas das principais correntes que acompanharam e acompanham estes processos, nomeadamente os movimentos feministas Ocidentais, Afroamericanos e Africanos. É importante fazer esta análise e cruzar textos e documentos destas três perspectivas uma vez que não podemos falar do papel da mulher chefe de família na Guiné-Bissau sem saber quais as bases dos movimentos contestatários para a afirmação da Mulher e da afirmação da Mulher Negra, dado que a luta das mulheres negras está intrinsecamente ligada às lutas raciais e contestação da exploração económica. Há a ponderar contudo as condicionantes socioculturais de matriz africana que estiveram e continuam presentes nas formas de organização social e das relações sociais entre os homens e as mulheres na África Subsaariana não esquecendo que, como afirma Carby (1996) em *White Woman Listen! Black Feminism and the Boundaries of Sisterhood*, muitas

mulheres negras têm sido alienadas pelo não reconhecimento das suas vidas, experiências e histórias de vida pelos Movimentos de Libertação das Mulheres (Carby, 1996:111-112).

O título da obra de Hazel Carby remete-nos para uma discussão que tem tido dificuldade em ganhar o devido espaço no seio das análises sobre feminismos. Para melhor se poder compreender esta questão, importa referir que a contestação e revoltas feministas começaram por surgir na Europa, como resposta às más condições sociais e económicas das mulheres na sociedade. É nas últimas décadas do século XIX que se iniciam algumas *manifestações* feministas, quando as mulheres se organizaram para lutar pelos seus direitos, entre eles, o direito ao voto. Num momento inicial, as reuniões tiveram um cariz restrito e secreto, exclusivo de alguma elite intelectual (Frias, 2006:97). Já no séc. XX começam a notar-se, em contexto europeu, iniciativas públicas que davam luz à causa. Em 1913 por exemplo, a feminista Emily Davison chama a tenção para a causa atirando-se para a frente do cavalo do Rei, acabando por morrer. Em 1918, o direito ao voto foi conquistado pelas mulheres no Reino Unido. As *suffragettes*, como eram chamadas as feministas que procuravam reivindicar os seus direitos, falavam abertamente sobre as questões do poder entre homens e mulheres (nas relações e em todas as esferas da vida). Mas é só na década de 60 e nos Estados Unidos da América, que a luta feminista ganha visibilidade internacional, as americanas manifestavam-se pelos direitos das mulheres e emancipação feminina e conseguiram ganhar muita força. Paralelamente as feministas negras entraram nesse movimento com exigências alargadas à luta contra o racismo (Carby, 1996) e o reconhecimento do racismo como fator diferenciador também das relações entre mulheres negras e brancas e lutando para que a mulher branca reconhecesse a sua condição de opressora, contra o sexismo e a dominação do homem sobre a mulher negra (Pinto, 2010). Surgindo assim os movimentos feministas afro-americanos (Millward, 2007).

Segundo Joseph e Lewis (1981:23) a luta das mulheres negras mais do que contra o domínio dos homens (porque não viam os seus direitos como opostos aos dos homens), sustentava-se na reivindicação de direitos anti-raciais e direitos económicos mais justos, principalmente no contexto afro-americano e alargado aos países colonizados. Isto acontece nas décadas de 50 e 60 períodos de grande polarização racial nos Estados Unidos, marcados pela segregação entre brancos e negros, com as leis de Jim Crow e as lutas dos Movimentos de Direitos Civis. Como resultado desta conjuntura, esta nova corrente ideológica e civil procurava, por um lado a distinção da sua luta relativamente ao que já era conhecido como lutas feministas e por outro,

afirmar-se como um movimento feminista com particularidades, com um cariz mais ativista, em que as questões de racismo, sexismo e exploração económica eram centrais. Em finais dos anos 80, Kimberle Crenshaw (1989) caracteriza o feminismo negro como uma luta interseccional, defendendo serem vários os fatores que propiciam a vulnerabilidade da mulher negra, não se podendo separar a sua condição de mulher e negra, uma vez que uma não existe sem a outra.

Falar das lutas de mulheres por melhores condições de vida é certamente um tema transversal a todas as sociedades. A forma como é feita, os objetivos e os nomes dados a essas lutas é que variam. Embora o conceito de feminismo africano seja utilizado na literatura académica, o facto é que não pode reconhecer-se a existência de um feminismo africano, África é um continente vastíssimo e cheio de diferenças e complexidade. Note-se por exemplo que, é generalizante a distinção entre o Norte da África e a África Subsaariana, e aqui ainda existe a grande distinção entre o oeste e o este. E estas *Áfricas* distinguem-se não somente pela geografia, mas pelos patrimónios sociolinguísticos e culturais.

Pode dizer-se que o discurso feminista *mainstream* (de base euroamericana) se tem baseado muito especificamente no princípio da universalidade do patriarcado, tomando-se o sexismo como a mais importante forma de subjugação. Para Gertrude Mianda (2014) é com a publicação da obra *La parole aux Négresses*¹ da feminista senegalesa Awa Thiam (1978), que se começam a abrir espaços para a discussão de assuntos específicos das realidades das mulheres africanas, questões ligadas por exemplo aos costumes étnicos de onde se pode destacar a mutilação genital feminina ou a poligamia (Mianda, 2014:9). Contudo mantém-se a dificuldade para encontrar um conceito para caracterizar os mundos e as ações e lutas levadas a cabo pelas mulheres no vasto continente africano, quando a principal contestação engloba questões relacionadas com a pobreza extrema, a fome, as elevadas taxas de mortalidade, entre outros direitos e necessidades, por muitas mulheres consideradas prioritárias relativamente às desigualdades legitimadas por costumes culturais e étnicos. Na obra “Mulheres na Esteira, Homens na Cadeira?”, Frias (2006) discutindo esta mesma questão, refere um conjunto de dificuldades que limitam a definição de um conceito como feminismo africano. Também (Nkealah, 2016) defende que qualquer proposta de conceito de Feminismo Africano é redutor, na medida em que se pode considerar haver vários feminismos em África dada a

¹ Traduzido para inglês por Dorothy S. Blair com o título *Black Sisters, Speak Out: Feminism and Oppression in Black Africa* (1986), pode ser traduzido como *Irmãs Negras, Falem: Feminismo e Opressão na África Negra*.

heterogeneidade das sociedades africanas. No seu trabalho, a autora adota o conceito de *(West)African Feminisms*, o conceito foi definido através da análise de obras de autoras nigerianas, em que é reconhecida a ideia da existência de práticas comuns no continente africano, particularmente na região ocidental de África, por um lado por ser esta a região de origem destas autoras, mas também porque é uma região em que as práticas e costumes são particulares e semelhantes, nomeadamente no que diz respeito à questão das pertenças étnicas que se sobrepõem às pertenças nacionais.

Para este trabalho adoto então a perspetiva teórica das *(West) African feminists* que delimita os movimentos de emancipação da mulher africana, no espaço geográfico, histórico e cultural (Nkealah, 2016:63), pois que, estando a Guiné-Bissau nesta região partilha história e muitas das práticas culturais relacionadas à condição da mulher e as suas reivindicações, como pobreza extrema, clima, etnicidade e religião. Afirma Nkealah, que a maioria dos feminismos da região do oeste de África são conceptualizados tendo a condição das mulheres africanas em mente, ou seja, aceitando-se as diversidades das suas experiências culturais, e reconhecendo-se pontos comuns nas relações e convivências com o patriarcado e ainda uma história partilhada na sequência do domínio colonial, que impôs fronteiras que em regra desrespeitam as fronteiras etno-culturais (Nkealah, 2016). A proposta deste conceito resulta na prática, da análise de teorias sobre os movimentos de emancipação da mulher africana, desenvolvidas e sustentadas por autoras como Catherine Acholonu, Chikwenye Okonjo Ogunyemi, Obioma Nnaemeka, Akachi Ezeigbo, Molar Ogundipe-Leslie, Mary Modupe Kolawole e Chioma Opara.

Os trabalhos destas autoras caracterizam-se primeiramente pela resistência ao imperialismo cultural imposto pelo ocidente em detrimento das ideologias e formas de pensar e viver africanas. Esta posição reage, em primeiro lugar, contra a exclusão do homem dos assuntos feministas e da sua visão como inimigo, e em segundo lugar, condena a repressão dos percursos e histórias das mulheres africanas pelo feminismo euro-americano. Estes movimentos procuram *dar voz* às mulheres africanas, em África, para que possam ser elas a contar as suas histórias, bem como a traçar os seus percursos. Uma das novidades destas perspetivas foi a atenção dada às mulheres rurais e sua importância enquanto as principais produtoras alimentares e responsáveis pela alimentação das populações e que, com a crescente globalização se afirmam como a base da económica, agrícola, política, comercial e mão-de-obra das nações (Acholonu 1995: 118 *apud* Nkealah, 2016:64).

À semelhança do paradigma feminista afro-americano, o feminismo da região da África Ocidental também é interseccional, na sua oposição ao domínio ideológico ocidental, na medida em que continuam a pensar na condição de mulher e negra como características de análise indissociáveis. A par disso, as mulheres guineenses, assim como as suas vizinhas de outros países, por exemplo, não vêem o homem como oposição ou inimigo, mas sim como um aliado com quem devem trabalhar para criar modelos que retenham e mantenham os valores culturais característicos de cada sociedade (africana) com a finalidade de propiciar mudanças positivas, mas mantendo a coesão social.

Segundo Oyewumi (2004), com a modernidade, estabelece-se a hegemonia do pensamento euro-americano nas diversas áreas de produção de conhecimento, principalmente nas áreas da história, comportamento humano e sociedades e culturas; como resultado, a produção de conhecimento sobre realidades não ocidentais acaba por ser dotada de conceitos e análises próprias da perspectiva ocidental. O conceito de género, por exemplo, está intrinsicamente ligado, na sua origem, ao estudo da emancipação da Mulher, no caso africano, o género é uma importação ocidental que não abarca um conjunto variáveis como construção social, tempo e espaço, próprias das realidades africanas. Para Joan Scott [...] *o género é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o género é uma forma primeira de significar as relações de poder* (Scott, 1996:21), tem sido esta a perspectiva adotada nas análises eurocentradas do papel da mulher na sociedade africana, em que se parte do princípio de que ela é subalterna ao homem, sendo um mero ser passivo dependente, aliando esta característica, à tentativa de modernização desenfreada das estruturas produtivas (maioritariamente agrícolas) dos países africanos, após as descolonizações. Para além disto, existe ainda o reforço da ideia (externa) da mulher como trabalhadora e do homem que não faz nada.

A par das rápidas transformações económicas e políticas vividas nos países em desenvolvimento, as sociedades também vão se transformando, tal como a organização e relações familiares. Por aqui entramos no nosso objeto de estudo, as mulheres chefes de família e as suas ações para a garantia de (sobre)vivência do seu agregado familiar. Este é um assunto que começa, ainda que lentamente, a ganhar interesse entre feministas e académicos. Em contextos africanos o assunto começa a ganhar evidência a partir das Ações de Cooperação, passando depois, a ganhar lugar nos novos projetos de cooperação, em especial aqueles vocacionados para as questões de género e empoderamento da mulher (nomeadamente

da mulher pobre). Para Moghadam (2005) as abordagens feministas relativamente à pobreza, partem da premissa de que, as desigualdades generalizadas de género e preconceitos nas famílias, aliadas à discriminação dos mercados de trabalho, códigos legais e sistemas políticos têm vindo, em todo o mundo, a tornar as mulheres mais vulneráveis à pobreza. Este quadro de análise, dá enfoque à mulher e à sua posição na família e na sociedade, e abre espaço às análises sobre mulheres com a dupla responsabilidade de desempenharem os papéis de chefes de família e “mães-de-família”.

No estudo do grupo do Banco Mundial, *Women Left Behind? Poverty and Headship in Africa* de Annamaria Milazzo e Dominique van de Walle (2015), as autoras defendem que, de modo geral em África, os níveis de pobreza das famílias têm sofrido um decréscimo, tanto nos agregados familiares chefiados por homens, como nas famílias chefiadas por mulheres, contudo, nos países em que foi possível obter dados, os níveis e pobreza têm vindo a diminuir mais rapidamente nos agregados com chefia feminina.

Com este trabalho busco aprofundar conhecimento também sobre a matriz cultural das sociedades africanas a fim de procurar compreender melhor a razão da aparente *inexistência de mudança*, apesar dos esforços dos feminismos *main stream* e dos trabalhos levados a cabo pelas organizações de cooperação estrangeiras e nacionais para o empoderamento feminino em África, nomeadamente na região ocidental, assunto que será discutido posteriormente.

2. Família e agregados familiares na África: Tradição e Modernidade

O papel da mulher nas sociedades africanas ainda está muito associado ao seu papel no seio da família. Neste sentido, torna-se necessário entender as dinâmicas características das composições dos agregados familiares nesta região do mundo, para podermos compreender os desafios que as mulheres enfrentam quando tem que assumir o papel de chefe-de-família.

Na perspetiva sociológica, a família é uma instituição em constante evolução, o que a torna produto e produtora de outras esferas da vida em sociedade, nomeadamente nas vertentes social, económica, cultural e política e é o resultado da interação entre estas dimensões, seja por influência de fatores internos ou externos é que se vai moldando o que é a família (Mekiwane e Palamuleni, 2007). Apesar do conceito de família assumir características diferentes consoante as sociedades em análise, existe unanimidade relativamente ao

significado de família como instituição base na vida dos indivíduos, a sua composição e o papel que os seus membros vão desempenhando ao longo das suas vidas é que podem ser diferentes. Defende Siqwana-Ndulo (1993) que existem poucos estudos documentados sobre a família em África, o que torna necessária uma maior compreensão das diferenças entre o conceito de família na sociedade euro-americana e na africana. É neste sentido que autores como Mwaura (2015) se referem à família africana como uma instituição social complexa resultante das várias relações sociais dos indivíduos, entre elas a parentela e o matrimónio, não sendo essas exclusivas. A autora refere as dificuldades para descrever a família africana, assumindo como *quase impossível* tratá-la de forma independente como acontece no entendimento eurocêntrico. Já para Therborn (2006), não existe uma definição única de família em África, mas sim um conjunto de sistemas familiares, pois que no caso subsaariano, as famílias são caracterizadas tradicionalmente pelas uniões de matrimónio e pela descendência. Para autores como Oyewumi (2004), apesar das influências colonial e neocolonial nas sociedades africanas, o conceito de família restrita não faz sentido, pois que as configurações familiares têm um cariz mais alargado e diferente, com características muito complexas. Negligenciar isto, é, abrir caminho para muitos erros. Ainda, segundo Siqwana-Ndulo (1993), na sociedade euro-americana o casamento representa a base da família, apresentando um cariz mais individualista e independente. Mbiti (1969) refere que nas sociedades subsaarianas, embora a base seja a união entre o homem e a mulher ou mulheres, o foco é a comunidade, apesar do interesse e da preocupação com o indivíduo, é clara a noção de que a manutenção da comunidade é o bem máximo, ou seja, o indivíduo existe no seio da comunidade.

Nas sociedades africanas como a guineense (composta por povos diferentes), o conceito de família é pois alargado, incluindo o pai, a esposa ou esposas, os filhos e ainda parentes consanguíneos e não consanguíneos, tendo-se como base o princípio da coletividade e interdependência. Esta realidade pode ser explicada segundo, Mekiwane e Palamuleni (2007), por factores endógenos, como por exemplo, a tipologia de atividade de subsistência de cada povo. Estes autores falam do exemplo africano, em que tradicionalmente as redes de parentesco ditavam as principais formas de organização política e os modos de viver entre maridos e mulheres, pais e filhos e demais parentes. Para Therborn (2006), existe um conjunto particular de sistemas familiares no continente africano, sendo que se podem considerar como características tradicionais de relevo elementos como: as fortes tradições patriarcais exercidas pelo poder dos homens mais velhos sobre os restantes indivíduos da comunidade; a poligamia

maioritariamente com uniões entre um homem e várias mulheres, sendo o homem muitas vezes mais velho; a organização social por grupos etários de forma muito estrita, em que o mais velho e os antepassados estão no nível mais alto da hierarquia; o grande peso da fertilidade a nível cultural; a importância da procedência, e por fim o papel crucial do parentesco como definidor dos padrões político-económicos, sociais e culturais.

No fundo tudo entronca no forte coletivismo e familiarismo que se sobrepõe à escolha individual.

2.1. A Mulher Africana na sociedade subsariana

Desde a conquista das independências políticas, muitas sociedades em África têm vindo a procurar formas de recuperação e redefinição das suas histórias e consequentemente das relações internas e do espaço e papel ocupados pelos diferentes segmentos da população. A par disso, a busca pelo desenvolvimento e a importação de ideologias relacionadas ao papel da mulher na sociedade, tem proposto discussões sobre os lugares e papéis da mulher africana ao longo do tempo.

Presentemente autores como Giddens (1999) sustentam que as forças da Globalização têm vindo a moldar as organizações familiares, particularmente com a afirmação paulatina da igualdade nas relações entre homens e mulheres e consequente aumento do trabalho fora de casa e participação das mulheres na vida pública, conseguindo desse modo uma maior autonomia. Embora tenha um lugar mais marginal no processo de globalização, o continente africano não tem escapado a este fenómeno, sendo marcante o papel da globalização nas mudanças sobre concepções de género e agregados familiares que começam a germinar sobretudo em contextos urbanos. A rápida urbanização, tem, há que reconhecê-lo, vindo a forçar, também em África, um reajuste dos arranjos familiares, concorrendo para alguma erosão do sistema de patriarcado (Frias 2019). Nas grandes cidades, os homens têm vindo a partilhar com as mulheres o lugar de provedores de bens essenciais às famílias, embora não tenham perdido o seu lugar primordial enquanto pais e maridos. Esta abertura no campo de decisão familiar está já na linha de um complexo de mudanças que, segundo Frias (2019), em breve se estenderá a uma diluição do poder dos homens mais velhos, cuja sabedoria, em meios urbanos, já não é fundamental para a vivência e sobrevivência do grupo familiar e das gerações mais novas, ainda que, como sublinha Therborn (2006), a figura do homem continue crucial

para o equilíbrio das relações familiares. Pode afirmar-se que os arranjos familiares que se vão perfilando, fruto da globalização e de alguma atenuação da força do patriarcado, aliados à valorização da economia monetária e envolvimento paulatino da mulher nas esferas do trabalho (nomeadamente o informal) e logo de decisão, assim como a sua participação nas questões de cariz social, económico e político, têm contribuído para a criação de maior autonomia socioeconómica feminina. Principalmente têm permitido às mulheres a criação de novas estratégias para a manutenção dos seus agregados familiares.

É preciso clarificar no entanto que, embora haja uma maior inclusão da mulher nos processos de tomada de decisão, na prática este é ainda, um fenómeno claramente característico das áreas urbanas (sendo este também o exemplo da cidade de Bissau). Nas zonas mais rurais, devido ao peso da estrutura social tradicional, continua a ser o homem, o grande decisor.

2.2. Agregados familiares chefiados por Mulheres

Retomando a questão do conceito de “família” importa que explique que, para facilitar a análise e simplificar a comunicação, tomo para este estudo, o conceito de família, assumido pelas sociedades euro-americanas, ainda que o reconheça, como creio que ficou pantente no ponto anterior, muito limitadamente adequado à realidade subsaariana.

Importa contudo não negligenciar que a família africana é formada por redes de parentesco mais ou menos alargadas, muitas vezes pouco óbvias ao entendimento euro-americano, pelo que tomo aqui o conceito de agregado familiar proposto por Mookodi (2000), que diz que, na região subsariana, agregado familiar se refere às pessoas que têm residência comum e partilham os mesmos recursos, especialmente as refeições.

Avancemos agora para a definição de chefe-de-família. Segundo Milazzo e Walle (2015), não existe um consenso sobre a definição de chefe-de-família, pois para as autoras, ter a responsabilidade de contribuir economicamente para o bem-estar do agregado familiar não define o indivíduo como chefe-de-família. Segundo o Banco Mundial (2012), há muitos agregados em que as mulheres provêm a cerca de 80% do rendimento familiar, e ainda assim a maioria das casas continuam, considera-se, a ser chefiadas por homens. Tal acontece principalmente nas zonas rurais onde prevalecem costumes tradicionais e onde por isso o homem é considerado por norma o chefe do agregado familiar (CAF). As Nações Unidas

definem CAF como a pessoa que é reconhecida como tal pelos outros membros da casa. O Inner City Fund International (2009) acrescenta que CAF pode ser alguém que mora na casa e é reconhecido como chefe com base na idade (geralmente é a pessoa mais velha). Para além do sexo e da idade critérios como o status económico (principal provedor), também podem ser considerados.

Ainda, Appleton (1996), Buvinic e Gupta (1997) e Mookodi (2000) têm procurado definir o conceito de chefe de agregado familiar, defendendo-o como um conceito sujeito a evolução. Neste sentido e tendo em conta as relações sociais e de familiaridade características da região da África ocidental, considero importante o reconhecimento do chefe do agregado não só por quem reside na mesma casa, mas também pelos membros da comunidade, isto porque como foi afirmado anteriormente, nestes contextos existe uma grande relação de interdependência comunitária e as relações quotidianas passam pelas interações entre vários indivíduos da comunidade.

A literatura mostra que foi nos EUA, e especialmente a partir de finais dos anos 70, que se começou a verificar, principalmente entre a comunidade negra, um aumento do número de casas chefiadas por mulheres de baixa renda e seus filhos (Moghadam, 1997). Esta associação (pobreza e chefia monoparental feminina das famílias) foi feita durante décadas, quer ao nível da produção académica, quer no da elaboração de políticas públicas, fato a que muitos autores chamam *feminização da pobreza* (Chant, 2003). Permanece ainda, um consenso generalizado de que os agregados familiares chefiados por mulheres (AFCM) são mais pobres relativamente aos outros, no entanto na década de 90 vários estudos empíricos vieram demonstrar que esta assumpção nem sempre corresponde à realidade (Milazzo e Walle, 2015).

Ainda que se considere que a maioria das casas seja chefiada por homens, as mulheres têm tido um papel fundamental na contribuição e gestão económica e social dos seus agregados familiares, tanto a nível da segurança económica quanto na educação informal e formal dos seus filhos, principalmente nos países onde os trabalhos assalariados são escassos e o aumento do desemprego masculino sobrecarrega as mulheres com a tarefa de manutenção dos agregados familiares (Domingues, 2000:72,73). Note-se que este é o cenário que mais comumente encontramos nos países da região subsariana.

Milazzo e Walle (2015) distinguem dois tipos de domicílios chefiados por mulheres, os *de facto* em que o homem está ausente, mas continua a desempenhar um papel importante nas

tomadas de decisão e no envio de apoios necessários à manutenção do agregado. E os *de jure* ou sejam, as casas com chefias monoparentais femininas e em que não existe apoio do homem (ausente), sendo a mulher a responsável por gerar rendimentos e tomar decisões. Este último grupo aqui em estudo, e inclui viúvas, mulheres separadas e sem apoio do ex-companheiro e mulheres que nunca foram casadas.

2.3. Mulheres chefes de famílias (rurais), *garantes da produção* e do bem-estar familiar?

Estudos empíricos têm demonstrado que apesar das condições de pobreza e discriminação das mulheres nos países em desenvolvimento, os agregados familiares chefiados por mulheres não são, de forma geral, mais pobres do que os agregados chefiados por homens, particularmente nos domicílios monoparentais. Nos seus estudos sobre liderança feminina de agregados familiares em África, Milazzo e Walle (2015) afirmam que tem havido ao longo do tempo, uma redução da pobreza tanto nos agregados chefiados por mulheres como nos agregados chefiados por homens, contudo os domicílios com chefia feminina têm contribuído mais para a redução da pobreza, embora representem um menor número relativamente ao total da população. Appleton (1996) já defendia, no seu estudo sobre o Uganda, que quando se trata de rendimento ou da capacidade de consumo, os domicílios chefiados por mulheres não eram mais pobres e nem apareciam em desvantagem nos indicadores sociais, contudo alertou para a existência de subgrupos desta categoria que apresentam menor bem-estar económico, nomeadamente as viúvas e mulheres menos instruídas. Para autores como Rajaram (2009) e Klasen, Lechtenfeld e Povel (2011) o facto das mulheres chefes de família terem de trabalhar nas tarefas domésticas e ao mesmo tempo terem de se responsabilizar como principais provedoras dos seus agregados, em sociedades onde muitas vezes estão privadas de muitos direitos básicos, como o direito à terra, ao trabalho formal remunerado e ao crédito, por exemplo, merece muita atenção.

Do estudo realizado pelos investigadores da Casa dos Direitos (Bissau) sobre os direitos económicos das mulheres na Guiné-Bissau, resultou que, menos de 1% das mulheres são detentoras de terra, um bem consagrado na lei para todos os cidadãos nacionais, independentemente do género, e essencial à produção. Também foi constatado de que na maioria das regiões existe escassez de acesso à água e a outros recursos energéticos essenciais à agricultura, contudo 91,7% das mulheres inquiridas no estudo diziam-se

satisfeitas ou muito satisfeitas com os seus rendimentos (Henriques, et al., 2015). Segundo dados do Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza II (ILAP II)² de 2011, a maioria dos agregados chefiados por mulheres na Guiné-Bissau, situam-se na cidade de Bissau, embora o fenómeno esteja em crescimento nas zonas rurais (ILAP II, 2011). Num país em que as mulheres são o *motor* da produção agrícola e garantes da segurança alimentar das suas famílias, não só através da agricultura de subsistência, como também da comercialização de bens alimentares produzidos (Henriques, et al., 2015), a permanente instabilidade política, aliada à concepção tradicional e cultural dos modos de viver, têm limitado os meios necessários ao desenvolvimento e independência das mulheres, exemplo do fraco acesso à escolarização e educação das raparigas. Não obstante estes impedimentos, as mulheres guineenses consolidaram-se como as *principais agentes económicas dos sectores primário e secundário do país* (Henriques, et al., 2015:19). A afirmação das mulheres guineenses enquanto produtoras rurais, tem permitido que paralelamente se dediquem à comercialização dos bens produzidos tanto em mercados locais como noutras regiões do país, estas mulheres são desinadas por *bideiras*, este modo de vida tem permitindo não só a troca de experiências entre si, como também a aquisição de diferentes produtos para posterior revenda, abrindo espaço para o comércio transfronteiriço, uma vez que acabam por ir comprar bens a outros países para comercializar localmente, o que contribui para a melhoria das suas capacidades económicas bem como maior independência.

Tal como diz Lopes (2011), as famílias chefiadas por mulheres na Guiné-Bissau, têm tendência a ter um índice de incidência de pobreza menor do que os domicílios liderados por homens, sendo esses valores 56,2% e 66,1% respectivamente. Este sucesso tem resultado da capacidade e do esforço das mulheres para criarem mecanismos e formas de diminuir os efeitos da pobreza, nomeadamente com a agricultura de subsistência, transformação de produtos e comercialização dos mesmos para com o fim garantir o bem estar dos seus

² Relatório com recomendações e compromissos internacionais para o governo guineense, resulta do estudo para avaliar o impacto das políticas económicas governamentais na sociedade e tem por finalidade produzir indicadores necessários para a implementação eficaz da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza. O estudo é realizado pelo Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau, com o financiamento e apoio logístico do Governo da Guiné-Bissau, do Banco Mundial, do Fundo das Nações Unidas para a População e do Banco Africano de Desenvolvimento.

agregados familiares, nomeadamente dos seus filhos, através da garantia da habitação, alimentação, saúde e escolarização e melhoria da capacidade financeira delas mesmas.

3. As agendas políticas internacionais e o empoderamento da mulher africana como imperativo ao desenvolvimento

Para além dos feminismos e da posição ocupada pela mulher rural africana, é igualmente importante refletir sobre a influência que os organismos internacionais têm sobre as políticas de desenvolvimento (que, nos últimos anos, têm vindo cada vez mais a incluir a questão da condição da mulher africana), uma vez que, estas instituições são hoje determinantes da manutenção social em vários contextos regionais como os africanos por exemplo, uma vez que a sua intervenção é fulcral para a providência de bens essenciais às populações, desde à alimentação até à educação escolar e cívica.

A ideia da mulher como agente ativo de desenvolvimento tornou-se tema das agendas internacionais a partir da década de sessenta, resultante das análises e questionamentos sobre a ineficácia do modelo de desenvolvimento adotado. Assim, o enfraquecimento do modelo da Modernização, permitiu a análise de novas perspectivas. Como afirma (Frias, 2006:97-107), o questionamento sobre as condicionantes do fraco e persistente baixo desenvolvimento dos países mais pobres é que levou à reflexão sobre o papel da mulher no desenvolvimento.

A par da inclusão da mulher como tema na agenda do desenvolvimento, os movimentos de libertação e emancipação feminina intensificam-se na Europa e EUA nos anos 60 e 70. Para (Barros e Semedo, 2013) estas lutas conseguiram influenciar o Sistema Internacional e as agendas, principalmente no que concerne à participação da mulher na vida política, foi desta forma que, a acção e as reivindicações feministas ocidentais se tornaram o modelo a alcançar para as demais sociedades que almejam o desenvolvimento. A verdade é que estas lutas deram resultados positivos e esperados, certamente ainda não se chegou ao ideal reivindicado, mas actualmente, nas sociedades dos países desenvolvidos, as mulheres alcançaram maior notoriedade e afirmação, vendo reconhecidos vários dos direitos que reivindicavam, nomeadamente no campo político, laboral e social.

Mas, afirmam Joseph e Lewis (1981:23), desde o início das lutas de emancipação da mulher, já era visível a desconfiança da mulher negra *terceiro mundista* relativamente às motivações

e exigências da mulher branca. A sua realidade era outra, pelo que seria utópico partirem do mesmo ponto e com os mesmos objetivos. Naquela altura distinguiam-se claramente três agendas diferentes, por um lado a luta da mulher branca, que tinha por base a exigência de direitos iguais aos do homem; por outro as mulheres negras afroamericanas que exigiam mais direitos económicos e civis; por fim a mulher da África ocidental que procurava soluções para desenvolver as suas sociedades, sem abandonarem as suas matrizes culturais.

Também Frias (2006) sublinha que nos países menos desenvolvidos, a condição das mulheres continua aquém do esperado, os direitos económicos, sociais e políticos continuam restritos, o que tem originado a necessidade de intervenção de atores políticos internacionais, principalmente da área do desenvolvimento e da cooperação. Riddell (2008) refere que uma das prioridades dos doadores é tornar a ajuda mais eficaz, e uma das recomendações passa por permitir que os destinatários e indivíduos das comunidades alvo se tornem os coordenadores efetivos dos programas, e esta condição passa pela participação plena, de todos os visados por estes programas, na sua implementação, e tem sido este tipo de retórica que tem permitido a maior abertura e diálogo em torno do papel da mulher nas sociedades em desenvolvimento.

3.1. O mito da cooperação para o desenvolvimento enquanto vetor de emancipação de ideias e da mulher africana

Muitos países africanos, como a Guiné-Bissau, foram adotando os modelos políticos e diretrizes de políticas públicas herdadas das estruturas coloniais, o exemplo mais claro é a democracia, que como afirma Mendes (2010) é um regime que pode ser equiparado a um *estilo de vida dotado de validade para todo o globo* (Mendes, 2010:61). Consequentemente, e na continuação desse hábito de importação de modelos externos, muitos governos africanos, têm adoptado o pensamento dominante, pelo que, também no caso das questões relacionadas com a Mulher, as políticas nacionais são desenhadas (para emancipar as mulheres) com base nos modelos ocidentais de empoderamento feminino. A par disso, os programas de cooperação internacional delegados às grandes agências internacionais de cooperação para o desenvolvimento, e às organizações da sociedade civil, seguem e consolidam uma agenda e um discurso que assenta nos pressupostos de que *as mulheres, foram e continuam a ser nos dias atuais marcadas por desigualdade e inferiorização em relação ao sexo e/ou género*

masculino (Kimberly e Grubba, 2017:263). Daqui resulta a importância de criar espaços e formas de emancipá-las.

Assumindo-se a igualdade de género e participação feminina nos processos de tomada de decisão como condição necessária ao desenvolvimento é pertinente promover e consolidar práticas que permitam atenuar as desigualdades existentes entre homens e mulheres, principalmente em contextos de países onde as políticas de igualdade de género são escassas.

Com base nestes Programas, o empoderamento da mulher africana é pensado no exterior, e assume por isso, uma perspetiva ideológica na maioria das vezes desajustada às realidades onde acaba por ser implementada. Posteriormente é também avaliada segundo critérios também externos, *euro-centrados*, por técnicos estrangeiros e cada vez mais também por técnicos nacionais a trabalhar *em parceria para* os primeiros. Mesmo quando as propostas visam respeitar as tradições e culturas locais, em regra, não são tidas em conta as ambições e expectativas dos alvos, tal como o provam os múltiplos programas de empoderamento femininos que são levados a cabo nas zonas rurais dos países subsaarianos e que por mais que se insista que sejam *pensados localmente*, não o são pelas mulheres rurais também porque o cumprimento das regras dos doadores pressupõem conhecimentos técnicos e materiais a que elas não têm acesso, falhando inclusivamente ao nível do conhecimento sobre as melhores formas de diálogo e comunicação.

No quadro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2015-2030 (ODS), o 5º. ODS, assume-se a proposta de *Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública* (ONU, 2015), impulsionando o diálogo entre os atores do sistema internacional e influenciando as suas agendas no estabelecimento de diálogos e práticas sobre a igualdade de género, principalmente em contextos de países onde existem grandes disparidades socioeconómicas, como é o caso da Guiné-Bissau. Para além disso, os maiores financiadores de projetos da cooperação para o desenvolvimento como as Nações Unidas, a União Europeia, e a União Africana têm feito pressão direta às Organizações Não-Governamentais no sentido da adoção de práticas mais equitativas nas questões de igualdade de género, não só na inclusão das mulheres como alvos dos projetos, mas também no sentido da promoção da sua participação enquanto agentes de desenvolvimento e dos projetos de cooperação. A criação da Década da Mulher Africana (2010-2020) pela União Africana, por exemplo, tem como objetivo criar estruturas e compromissos para pôr em prática os acordos

regionais e internacionais celebrados pelos estados membros, com a finalidade de atingir a equidade e igualdade de género no continente. A par disto, também foram sendo criadas organizações especializadas na Mulher e Menina, exemplo da ONU Mulher, criada em 2010, e que foca principalmente nas questões de igualdade de género e empoderamento das mulheres, tendo por função auxiliar outras agências do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). A Women Deliver é outra organização internacional que trabalha a questão do direito das mulheres e tem trabalhado no sentido de criar compromissos com outros atores internacionais para o cumprimento do 5º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS5). Apesar da *bondade* destes discursos, importará aferir o que se vai conseguir mudar em termos de lógicas para a sua implementação prática.

CAPÍTULO II – INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA E METODOLOGIA

Nota sobre o estudo...

Durante o estágio na ONG Tiniguena, fui integrada como assistente no projeto “Mulheres Rurais-Garantes da produção, Seguras nos Direitos e na Consolidação da Paz, que tinha como objetivo formar e capacitar mulheres produtoras rurais, das regiões de Bafatá, Oio e Cacheu para a defesa dos seus direitos, para a garantia de maior autonomia e aumento da sua produtividade, assim como formá-las para um maior ativismo dentro das suas comunidades, nomeadamente nas questões da resolução de conflitos familiares, comunitários e nacionais. Durante esse período pude acompanhar a equipa técnica nos trabalhos em Bissau e nas visitas às tabankas, visitas essas que tinham como fim promover o diálogo com as mulheres produtoras rurais, para conhecer e compreender as condições de vida e as dificuldades experienciadas no seu trabalho e quotidiano. Como resultado dessa experiência, resolvi fazer este estudo sobre as mulheres chefes de família e os desafios por elas enfrentados na gestão dos seus agregados, sendo que grande parte da pesquisa foi realizada enquanto estagiava. Obtive a autorização da ONG Tiniguena para a utilização dos dados recolhidos durante este processo.

1. Investigação empírica

Para a realização deste estudo, foram fundamentais dois elementos de investigação, a pesquisa bibliográfica e documental e a viagem ao terreno que se dividiu principalmente em conversas com grupos focais nas comunidades e entrevistas semi-estruturadas nos *fora* regionais de mulheres rurais. Apesar de existir pouco material sobre a condição da mulher chefe de família na Guiné-Bissau, procurei cruzar os relatórios das várias agências das Nações Unidas e ONGs, com trabalhos de académicos sobre a condição da mulher negra, africana e subsariana, e ainda relatórios de várias instituições governamentais na Guiné-Bissau.

O propósito deste trabalho não é de generalizar uma mesma verdade para todas as situações semelhantes à pesquisada, mas sim procurar conhecer e compreender as interpretações que as mulheres e homens fazem do papel da mulher chefe de família monoparental e das dimensões sociais subjacentes a este. Quer a pesquisa quantitativa, quer a qualitativa, são possibilidades

em estudos desta natureza. Na primeira *as hipóteses e as questões de pesquisa são frequentemente baseadas em teorias que o pesquisador procura testar e na pesquisa qualitativa, o uso de teoria é muito mais variado* (Creswell, 2007:130). Contudo, segundo Flick, Kardorff e Steinke (2004), a pesquisa qualitativa é a forma de investigação que permite o entendimento das realidades sociais através do ponto de vista das pessoas que nelas participam. Para os mesmos autores existem três grandes perspectivas teóricas de investigação na pesquisa qualitativa, o Interacionismo Simbólico e Fenomenologia que busca dar significados subjetivos e interpretações individuais à realidade estudada, a segunda perspectiva é Etnometodologia e o Construtivismo que estão ligados à pesquisa pela realidade quotidiana e construção da realidade social e a terceira abordagem é Estruturalista ou Psicanalítica que resultam da assunção de configurações sociais latentes e do inconsciente e mecanismos psíquicos (Flick, Kardorff, e Steinke, 2004:5-6). Nesse sentido, privilegiei uma abordagem epistemológica de natureza qualitativa e de cariz construtivista, pois o objetivo do estudo é o da compreensão de um contexto social complexo e a interpretação que o investigador faz das perspectivas que os atores em estudo têm da sua realidade e da forma como a vão construindo (Canastra, Haanstra e Vilanculos, 2015).

A finalidade deste enfoque visa compreender os sentidos/significados coproduzidos pelos atores em contexto, sendo que o investigador procura, tão-somente, ser um intérprete a partir das narrativas/textos produzidos pelos participantes no estudo (Canastra, Haanstra e Vilanculos, 2015:11).

No terreno, e recordando que aproveitei de uma oportunidade de estágio numa ONG, pelo que os dados que aqui trabalho resultam em larga medida desse trabalho, foram realizadas conversas com grupos focais (*djumbais*³), técnica característica da pesquisa qualitativa. Tal como afirma (Trad 2009:777-779), a utilização desta técnica tem um custo baixo e permite obter dados válidos e confiáveis num curto espaço de tempo na medida em que se baseia em entrevistas e conversas com grupos para a coleta de informações detalhadas sobre um determinado assunto, sendo que o pesquisador pode funcionar como moderador para além disto, esta técnica é preferencialmente adotada em pesquisas explorativas. A utilização deste método nesta etapa inicial justifica-se na medida em que nesta primeira fase os dados recolhidos representam o primeiro momento de contacto com as mulheres rurais e chefes de família, e foi a preparação para a organização das entrevistas serem realizadas posteriormente nos *fora*. Este método

³ Reuniões informais.

permitiu não só reunir um número significativo de mulheres nas conversas, como também possibilitou que no mesmo espaço pudessem interagir e fornecer informações mais detalhadas. Importa referir que nem sempre foi possível organizar grupos focais (com menos de 16 mulheres, o número indicado como ideal), contudo, mesmo nas situações em que o número de participantes ultrapassavam essa quantidade, as que interviam no diálogo geralmente era por volta desse número, isto nas aldeias, nos *fora* o número de participantes nos *djumbais* variou entre 4 e 8.

A par dos grupos focais, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com algumas mulheres e personalidades que têm trabalhado e estudado sobre a condição da mulher rural na Guiné-Bissau. Segundo Ribeiro (2008), a entrevista é:

A técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores Ribeiro, 2008:141).

O recurso a esta técnica foi necessário porque devido ao facto de estar a trabalhar num projeto de cooperação, algumas vezes as participantes dos *djumbais* viam nas conversas oportunidades para pedir ajuda e relatar sobre as dificuldades das tabancas, dificultando por vezes a obtenção de informações sobre o objeto de pesquisa.

O trabalho de campo consistiu na preparação das questões para os *djumbais*, seguida de visitas a três regiões do país para a realização das formações, e por fim a realização dos *fora* sobre as mulheres produtoras rurais. As visitas consistiam em reuniões informais com mulheres produtoras rurais em 40 comunidades, um total de cerca de 1175 mulheres participaram destes encontros nas regiões de Oio, Bafatá e Cachéu. Por dia, eram visitadas duas aldeias, para a reunião com mulheres e conversas sobre os seus hábitos de vida, o seu trabalho, a política do país, e a importância do empoderamento feminino. Os encontros duravam cerca de duas horas e meia, eram momentos em que aproveitava para tirar notas sobre o que observava e sobretudo espaços em que falava com as mulheres e alguns dos homens que iam aparecendo, contudo e ciente de que o ambiente poderia ser intimidador, optei também por realizar entrevistas futuramente nos fóruns, aonde estaria menor número de mulheres, 78 mulheres, das quais consegui fazer entrevistas abertas com 8, entre os 22 e os 55 anos, sendo que uma delas é uma ativista e radialista sobre os direitos das mulheres. Devido ao tempo limitado nas aldeias, não foi possível entrevistar as mulheres individualmente sobre os problemas e tampouco identificar

particularmente as condições das chefes de família, havia alguma timidez para se exporem no meio de outras pessoas e só nos *fora* regionais se conseguiu criar diálogos com as mulheres sobre as chefes de família monoparentais e as estratégias por elas utilizadas, assunto a discutir mais à frente.

O método a adotar será o de estudo de caso descritivo, uma vez que o estudo irá incidir sobre a realidade particular das mulheres rurais chefes de família monoparentais das regiões de Cacheu, Oio e Bafatá. A recolha de dados foi feita através da descrição exaustiva dos fenómenos observados com a finalidade de compreender aquilo que os sujeitos pensam e vivenciam, num determinado tempo sem pretensões de generalizar esse conhecimento a todas as situações e realidades. Como afirma Yin (1994) os estudos de caso: *[...] são a estratégia preferida quando questões como e porquê estão a ser colocadas, quando o investigador tem pouco controlo sobre os acontecimentos, e quando o foco está nos fenómenos contemporâneos dentro do contexto da vida real* (Yin, 1994:10).

A observação direta foi imprescindível para a realização deste trabalho, principalmente para poder recolher dados sobre a percepção e as relações entre as mulheres chefes de família e os restantes membros das suas comunidades, bem como para observar alguns momentos dos seus quotidianos. Como afirmam (Mónico et al., 2017:725), *é um método que nos permite aceder a situações e eventos comuns, sendo difícil de captar através de entrevistas*. Esta técnica foi essencial nos *fora* na medida em que foi nesses momentos é que passei três dias e duas noites com as mulheres e tive a oportunidade de observar as suas interações. Houve momentos em que participei passivamente nas atividades das mulheres. Tal como afirmam os mesmos autores:

Observação Participante passiva entende-se que o observador participante insere-se na realidade a observar, observa, mas não mexe em nada... Ele debruça-se sobre a análise dos comportamentos nos quais ele se envolve, até aos mais ínfimos pormenores, e faz o propósito de os deixar intactos (Mónico et al., 2017:728).

A anotação de dados num diário de campo e o recurso a fotografias autorizadas foi transversal a todo o trabalho, embora com menor utilização, também foram feitos alguns vídeos no início, contudo revelou-se um tanto intimidador para algumas das mulheres, então decidiu-se pela eliminação da utilização deste método.

O modelo de análise dos dados foi a análise de conteúdo, assim como afirma Reis (2017), *a sua enunciação traduz, por defeito, uma formulação mais ampla; é uma prática que visa*

interpretar de forma sistemática o sentido de uma qualquer mensagem (textual, gráfica, discursiva) produzida num dado contexto (Reis, 2017:205).

Em suma, no estudo foram consideradas as interpretações que os vários agentes envolvidos fazem de todo o processo e procedeu-se à sua narração e análise relativamente ao estado de arte.

1.1. O terreno e a população alvo

Os dados para o estudo foram recolhidos em três regiões, Bafatá, Oio e Cachéu, a escolha das regiões de estudo, bem como das datas e comunidades a visitar deve-se ao facto de estar inserida no estágio anteriormente citado. Em junho de 2018 foi realizado um relatório diagnóstico sobre as condições de vida das mulheres rurais bem como das comunidades, o estudo *Mulheres Rurais na Guiné-Bissau: estudo de base e diagnóstico participativo nas comunidades de Leste e Norte da Guiné-Bissau* (Tiniguena, 2018), nesse estudo foram recenseadas cerca de 334 mulheres chefes de família nas três regiões, cerca de 185 em Bafatá, 89 em Oio e 60 em Cachéu, contudo não foram discriminadas se eram chefes de família de *jure ou de facto*. Importa referir também que a disparidade entre os números se relaciona com o facto de o número de comunidades visitadas em Bafatá ser superior, aliado ao facto de ser uma região com população urbana. Relativamente a Cachéu, embora o estudo tenha mostrado menor número de agregados chefiados por mulheres, durante as minhas visitas e de conversas com técnicos de ONGs que aí trabalham foi-me mencionado que é uma região aonde a monoparentalidade feminina tem crescido bastante, devido à emigração masculina principalmente. Posteriormente, entre outubro e dezembro do mesmo ano foram visitadas as mesmas 40 tabancas (anexo 1) e tendo já acesso a esses dados, foi possível identificar situações de mulheres chefes de agregados e as suas atividades quotidianas e geradoras de rendimento.

2. Alguns dados sociodemográficos a fim de situar a realidade em estudo

Em 2018, a Guiné-Bissau tinha um total de 1.584.791 habitantes, sendo que desse total, 804.721 habitantes eram do sexo feminino, (INE-GB, 2020). No território guineense existem entre 27 a 40 grupos étnicos, com culturas, línguas e tradições diferentes, todavia existem características transversais a todas as etnias, designadamente (...) *o enorme respeito pelos mais velhos e o conceito de família e de solidariedade é bastante amplo (...)* (Benzinho e Rosa, 2015:17). Estima-se que cerca de 50% da população professe a religião muçulmana, e que de 10% a 15% o cristianismo, contudo, é comum a prática ativa das crenças tradicionais e ancestrais africanas (Benzinho e Rosa, 2015), por grande maioria da população pois que a frequência de Igrejas não invalida a prática de crenças e costumes tradicionais. Os nascimentos, casamentos, funerais,

cerimónias de iniciação ou o início da época das colheitas são momentos determinantes na vida social dos guineenses, podendo variar consoante a etnia.

Desde a independência, o país tem vivido constantes ciclos de precariedade, tendo-se esta situação agravado nas últimas duas décadas. Vive-se no país, uma situação de instabilidade política permanente, a título de exemplo, decorreram dez Golpes de Estado nas duas últimas décadas. Como consequência, a assistência externa tem sido constante, nomeadamente com a presença de instituições do sistema das Nações Unidas, como o Gabinete Integrado das Nações Unidas para promoção da Paz e Democracia (UNIOGBIS), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e organizações regionais como a Ecomib, força de estabilização externa permanente da Comunidade Estados da África Ocidental (CEDEAO) (Tiniguena, 2018). Esta assistência externa, importa reconhecê-lo, tem contribuído para dar segurança e resposta às necessidades básicas das populações, principalmente das camadas mais vulneráveis, como as mulheres.

As taxas de pobreza absoluta e relativa têm maior incidência nos jovens e nas mulheres, situam-se entre os 48,9% e os 69,3%, cerca de 48,9% da população vive com 1,25 dólares por dia e mais de 69,3% da população vive abaixo do limiar da pobreza nacional (PNUD, 2014). Ainda segundo dados do relatório de desenvolvimento humano, em 2018, a Guiné-Bissau apresentava baixo nível de desenvolvimento, ocupando o 177º lugar entre 189 países (Nações Unidas, 2018). Segundo o Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza II (ILAP II), em 2010, 76,9% das famílias guineenses eram chefiadas por homens e 23,1% tinham mulheres como chefes de família, sendo que a maioria destas últimas estavam em Bissau, onde o valor de famílias dirigidas por mulheres é de 31,2%, já nas regiões, o valor era de 19,6% (ILAP II: 2011), e é nestes últimas é que será o foco do presente trabalho. Ainda segundo o mesmo relatório, ILAP II (2011), 51,9% da população feminina afirmam desempenhar alguma atividade geradora de rendimentos, contudo não são apresentados dados exclusivos à situação das mulheres chefes de família. A produção e venda de bens alimentares, com maior incidência no sector informal, garantem essa participação das mulheres na economia nacional, 55% da produção agrícola rural é garantida pelas mulheres (ILAP II:2011). Para além da produção dos alimentos, as mulheres são igualmente as responsáveis pela comercialização dos produtos no mercado informal/economia popular, o que garante um determinado grau de estabilidade financeira para fazer face aos encargos familiares e está condição torna-se bastante importante e que permite

que sejam as mães a garantirem o acesso à alimentação, saúde e educação dos filhos, na medida em que no país o emprego formal ainda não tem as estruturas seguras.

2.1. Sobre a condição das Mulheres na região de Bafatá

Situada no leste da Guiné-Bissau, a Região de Bafatá conta com 210.007 habitantes, dos quais 108.360, 51.6% são do sexo feminino, a principal cidade da região, a cidade de Bafatá é considerada a segunda capital do país (INE, 2009). As mulheres rurais representam mais de dois terços da população desta região (Tiniguena, 2018). Cerca de 60% da população é de etnia Fula, sendo os Mandinga o segundo grupo étnico mais representativo (23%) (INE, 2009). A agricultura é a principal forma de geração de rendimentos na região a par com a criação de animais. Segundo os dados do relatório diagnóstico da ONG Tiniguena, os homens e as mulheres das etnias predominantes, Fula e Mandinga, trabalham num sistema de planalto e de bolanhas de águas doces, (vastos terrenos pantanosos e férteis, usados geralmente para o cultivo de arroz) em que as mulheres são as responsáveis pelo cultivo de arroz, base da alimentação das famílias. Elas são também responsáveis pelo cultivo de quiabo, hibiscos e malagueta (Tiniguena, 2018). Apesar disso, segundo análise feita em outubro de 2017 pelo Sistema de Informação sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SiSSAN), os domicílios chefiados por mulheres apresentam maior taxa de insegurança alimentar relativamente aos domicílios chefiados por homens.

As infraestruturas de saúde são quase inexistentes e quando existem, têm um funcionamento precário por falta de meios. Os níveis de escolarização também são baixos e os níveis de analfabetismo funcional são muito elevados. A presença de mulheres em posições de liderança e processos de tomada de decisão, é muito limitada, contudo existem já mulheres identificadas como chefes de família em várias comunidades da região.

Segundo as pesquisas do relatório de diagnóstico da ONG Tiniguena, na região de Bafatá, em três das comunidades visitadas, havia 24 mulheres chefes de família, em Bambadinca foram identificadas mais de 21 mulheres chefes de família, em Contuboeil 21, no sector de Cossé mais de 60 e em Xitole mais de 40.

2.2 Constrangimentos sociopolíticos ao desenvolvimento na região de Oio

A região de Oio fica localizada no norte da Guiné-Bissau e tem uma população total de 224.644 habitantes, dos quais 52.1% são mulheres (INE, 2009). As etnias predominantes são os Balanta, Mandinga e os Fula, as religiões com maior expressão são o animismo, o islamismo e o cristianismo (Tiniguena, 2018)⁴.

Na região de Oio, geralmente, homens e mulheres são conjuntamente responsáveis pelo cultivo do arroz, do amendoim, da mandioca e do caju (Tiniguena, 2018). Esta região apresenta níveis muito altos de insegurança alimentar (Tiniguena, 2018). As infraestruturas de saúde também são muito precárias, devido à falta de manutenção, falta de água potável e energia. Para além dos altos níveis de analfabetismo entre as populações mais velhas, o atraso na educação continua a ser preocupante na medida em que o sector da educação continua a sofrer de insuficiência de infraestruturas, de falta de professores, como muitas atestaram, durante o tempo da campanha de caju, muitos professores iam para as campanhas amealhar dinheiro, porque muitos não são pagos ou têm os salários em atraso. O casamento precoce também é um dos fatores que tem contribuído para o abandono escolar. Apesar dos constrangimentos, existem mulheres em posições que podemos considerar de destaque, exemplo das organizações em que as mulheres ocupam sempre lugares de tesoureiras (Tiniguena, 2018:76).

Na região de Oio, no setor de Mansoa estima-se que haja mais de 40 mulheres são chefes de família. No setor de Farim, serão mais de 31 mulheres e em Mansaba cerca de 18 mulheres. Também foram identificadas comunidades onde não existiam mulheres chefes de família.

2.3. A região de Cachéu e as limitações ao espaço de ação das mulheres

A região de Cachéu localiza-se no norte da Guiné-Bissau, tem recenseada uma população de 192.508 habitantes, sendo 100.826 pessoas (52.4%) do sexo feminino.

A participação das mulheres nas atividades agrícolas é fulcral, de entre as atividades por elas realizadas destacam-se [...] *a horticultura, a produção de sal, a pesca artesanal, a fumagem*

⁴ Não foi possível obter dados quantitativos.

de peixe, a produção de raízes e tubérculos, a coleta da castanha de caju e na produção do vinho e aguardente, assim como na coleta de produtos florestais não lenhosos, (...) (Tiniguena, 2018:47). Esta região é uma das mais afetadas pela insegurança alimentar, fatores naturais como a irregularidade das chuvas, a inundação e a erosão costeira, estão entre os responsáveis por esse cenário, aliados claro, à falta de assistência do estado, os níveis de nutrição também são baixos, bem como as infraestruturas médicas são poucas ou quase inexistentes. As taxas de alfabetização também são muito baixas (Tiniguena, 2018).

À semelhança das outras regiões, o número de mulheres chefes de família também é significativo. Em Bigene em duas comunidades, foram apontadas 20 mulheres em cada como sendo chefes de família e numa outra comunidade responderam serem muitas, mas sem especificar o número. No sector de Cacheu, numa comunidade existiam 20 mulheres chefes de família e numa outra comunidade disseram não existir nenhuma em São Domingos, existe uma comunidade em que 60% dos agregados eram liderados por mulheres e noutros não existiam mulheres chefes de família. Esta situação poderá estar relacionada com as questões étnicas e migrações, por exemplo na região de Canchungo durante a pesquisa, foi comum ver que as mulheres se assumiam como as responsáveis pela educação e por providenciar os bens essenciais aos seus agregados, bem como numa comunidade em São Domingos, em Elia, as mulheres afirmaram serem iguais aos homens e serem elas as responsáveis pelos agregados, mesmo quando estão juntas com os maridos.

CAPÍTULO IV_CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS DA PESQUISA DE TERRENO

1. Desafios postos às mulheres chefes de família

A análise das entrevistas e dos discursos das mulheres rurais revelam que são múltiplos os desafios que enfrentam na gestão e manutenção dos seus agregados familiares, desde condicionantes relacionadas com os elevados níveis de pobreza e insegurança económica, às barreiras sociais e políticas, que muitas vezes originam restrições transgeracionais.

Foi possível verificar que apesar da intervenção de agentes externos, as comunidades tradicionais continuam a valorizar e a orientar-se pelos pressupostos tradicionais em que o homem é protetor e responsável pela segurança do lar e a mulher a principal cuidadora dos filhos e do marido.

Eu tenho um filho homem, tenho 45 anos, mas já sofri como se já tivesse 80 anos. Já fui casada e separei-me, casei-me quando ainda era muito nova e estávamos muito bem. Eu vendia na feira e ele fazia a campanha de caju, compramos terreno em nome dele e construimos uma casa grande para os nossos filhos, mas depois a família dele quis que ele casasse outra mulher porque eu só tive um filho e não conseguia ter mais, então ele decidiu fazê-lo e eu não queria isso, mas fez. Quando a segunda mulher teve três filhos, começaram os problemas, a mãe dele e a família já não me queriam e nem ele, na nossa casa mandava a noiva nova, eu só tinha de trabalhar, quando ele não estava bem ou as coisas lhe corriam mal, batia em mim, queria controlar o meu trabalho, foram vários anos ainda nisso. Mas quando o meu filho cresceu para saber o que se passava, decidi que iria sair daquilo, mais foi pior, ficaram todos contra mim e contra o meu filho e acabaram por me expulsar! Felizmente tinha o meu negócio e consegui esconder algumas poupanças e, fui para a casa dos meus familiares e consegui recuperar, mas até hoje estamos com problemas! Não querem que o meu filho tenha direitos na casa que ajudei a construir, fomos ao tribunal e dizem-me para sofrer e deixar que isso traz matança, mas eu não vou deixar, o meu filho tem direitos, todas as pessoas acham que devo sofrer porque sou mulher, o meu filho já foi espancado na casa do pai, partiram-lhe a cabeça, dizem-me que tive sorte por ele estar vivo! E não há justiça nem da

tabanca, porque é a tabanca dele e eu sou mulher, tenho de sofrer e no estado, basta ele pagar aos polícias e dizem-me para ir para casa, mas não deixarei! (Ana⁵, 45 anos).

O trecho da história de vida de Ana é bastante elucidativo sobre as condições de muitas mulheres nas regiões rurais, questões como o abandono ou o desinteresse por parte do companheiro, a impossibilidade de desobediência à tradição, até a violência física. Isto na medida em que as sociedades tradicionais se orientam por um conjunto determinado de regras, crenças e valores. Daqui se sublinha que, apesar das interações com agentes externos e novas formas de pensar e agir, retém-se apenas aquilo que é considerado possível, útil e rentável, é clara a resistência das práticas tradicionalmente vantajosas, principalmente por parte dos membros mais influentes dessas sociedades. No caso guineense, apesar da aceitação das ajudas externas direcionadas ao empoderamento feminino pelas comunidades rurais, continua a resistir-se à ideia de que os direitos das mulheres sejam iguais aos dos homens.

Segundo Fragoso (2014:179), *as minorias nacionais desejam manter as suas peculiaridades linguísticas e simbólicas e, do outro, os grupos étnico-culturais almejam fazer parte da sociedade, como membros de pleno direito, desde que possam manter as suas identidades.*

1.1. Tradição e Monoparentalidade Feminina

1.1.1. Porque é que as mulheres rurais assumem a chefia do agregado familiar?

No tempo dos meus pais, diziam que o sucesso dos filhos e a felicidade eterna da mulher dependem da forma como ela trata o seu marido, quanto mais respeitar a palavra do marido, melhor será a sua vida. Homem, cerca de 80anos, chefe de tabanca (omi garandi⁶).

Apesar de não constar em livros sagrados, foram algumas as vezes que, durante o trabalho no terreno, ouvi afirmações como as do *omi garandi* muçulmano, principalmente em comunidades mandingas, sobre a ideia de que, a existência da mulher está ligado à do marido, e que a alegria e paz da mulher após a morte, depende do tratamento e dedicação que presta ao marido nesta

⁵ Note-se que todos os nomes dos entrevistados e entrevistadas mencionados não são os verdadeiros. Serve o nome alternativo à garantia de confidencialidade.

⁶ Homens mais velhos, geralmente tidos como pessoas de referência nas suas comunidades, são as pessoas mais sábias devido às suas experiências de vida, neste caso era o chefe da tabanca.

vida. Daqui resulta o que de imediato mostra que uma mulher sem marido está condenada para a eternidade, uma vez que não terá como validar o seu papel de boa mulher, merecedora de um bom lugar na vida após morte.

Apesar de este testemunho ser de um homem mandinga (muçulmano), uma entrevistada animista da etnia manjaca partilha de uma visão semelhante.

Na minha tradição, a felicidade da mulher está na forma como trata o marido... isto antigamente, no tempo dos meus pais, agora as coisas estão a mudar, começaram a mudar no meu tempo! Quando era jovem, via como as nossas mães tratavam bem os seus maridos, mesmo ele tendo várias mulheres, cada uma tentava ser a melhor. Diziam que se não os tratassem bem, não poderiam encontrar felicidade para elas e para os seus filhos. Em alguns casos conhecidos, pouco depois do homem morrer, as viúvas que não os trataram bem em vida, começam a ter problemas, pode ser na saúde ou com os filhos... (Néné, 53anos).

Assumindo a aparente indissociabilidade cultural do papel da mulher relativamente à do seu marido, é fundamental sabermos quais as condicionantes que têm contribuído para a existência e consolidação de domicílios monoparentais chefiados por mulheres. Durante esta pesquisa foi possível identificar alguns dos fatores que as entrevistadas assumem como as razões que levaram as mulheres a assumirem a chefia familiar. Além das condicionantes sociopolíticas, o estado civil da mulher tem uma influência determinante na sua condição de chefe de família, isto é, para que haja qualquer tipo de reconhecimento da mulher como líder do agregado familiar, é necessário que haja falta de uma figura masculina adulta no domicílio. Ou seja, a maioria dos agregados familiares em estudo tiveram primeiramente chefias masculinas, determinadas pelos usos e costumes, em que o homem é naturalmente o principal responsável pela tomada das decisões sobre todos os aspetos da vida dos membros do agregado, só posteriormente é que as mulheres tiveram de assumir a liderança dos seus agregados.

A razão mais apontada pelas mulheres como motivos que as levaram a assumirem a chefia familiar relacionam-se primeiramente com o falecimento dos maridos, que em alguns casos tinham mais do que uma mulher, deixando assim duas ou mais viúvas. A falta de cuidados médicos básicos resultantes da pobreza estrutural foi das explicações mais comuns para as causas de falecimento dos homens.

O segundo motivo para a consolidação da mulher como chefe de família é o divórcio/separação derivados de problemas no casamento. Questões como a fuga à poligamia e à violência doméstica surgem como os principais motivos que levaram à separação, muitas mulheres fogem da violência, abandonando as aldeias dos maridos, aonde geralmente vão viver e regressam às tabancas dos seus pais ou das suas mães em busca de proteção. Foram também referidos alguns casos, cada vez mais comuns, como frisaram as mulheres, de situações de jovens raparigas que engravidam e não revelam a identidade dos pais das crianças, isto principalmente em casos em que já eram prometidas a homens mais velhos para casar. Segundo uma entrevistada, nesses casos as raparigas fogem com rapazes mais jovens e acabam por engravidar, mas ao não serem assumidas ou não poderem revelar quem as engravidou, acabam por voltar à casa grávidas, vendo-se muitas vezes obrigadas a procurarem o próprio sustento e dos seus filhos.

Com a falta de oportunidades e meios de geração de rendimento, o êxodo rural têm vindo a crescer exponencialmente nas zonas rurais, os homens têm sido os principais a migrar, quer seja para as cidades maiores, quer seja para o estrangeiro. Esta aceleração da migração e consequente abandono das esposas e famílias é a terceira razão apontada pelas mulheres para se tornarem chefes de família. Algumas referiram que no momento inicial da migração dos maridos, ainda recebiam algumas remessas da parte deles, contudo, com o passar do tempo, acabam por deixar de ter contacto e muitas vezes ficam a saber que os homens formaram novas famílias nas cidades, o que leva à separação.

Importa referir que geralmente, na tradição das etnias Manjaca, Balanta, Fula e Mandinga, (etnias em maior expressão no estudo), quando o marido morre, se a mulher já for mais velha e não tiver filhos adultos, pode ser herdada por um dos irmãos ou primos do falecido, permitindo a manutenção dos bens do homem na mesma família, caso tenha filhos homens adultos, a herança passa diretamente para eles.

Em suma, nas zonas rurais, o falecimento do marido ou companheiro, o abandono ou separação ou mesmo a migração, deixa o agregado não só numa posição de maior risco de pobreza, devido a diminuição dos rendimentos, como também sobrecarrega a mulher, que ao seu papel de cuidadora/mãe, acrescenta a responsabilidade de principal provedora dos bens essenciais à manutenção familiar, isto para além do fardo de ter de lidar com a discriminação e rejeição dos membros da comunidade, na medida em que uma mulher sem marido, é uma mulher sem propósito e consequentemente um membro marginal da sociedade.

1.1.2. As mulheres rurais e a privação aos direitos fundiários e económicos

Embora a terra seja um bem essencial nestas comunidades agrícolas, na medida em que a maioria da população vive dos ganhos provenientes da agricultura. Sendo as mulheres quem mais trabalha as terras e quem mais cultiva, em todas as entrevistas, foi constatado que, culturalmente, atendendo à vigência do direito consuetudinário assente na natureza patriarcal do acesso à terra, as mulheres não possuem o direito à herança da terra, a exceção dá-se quando os irmãos ou outros parente homens cedem a terra dos pais às irmãs ou quando a mulher fica viúva já em idade avançada e não tem filhos homens, então a horta que lhe pertencia ao marido fica para ela (Tiniguena, 2018). E apesar de existirem leis que permitam a possibilidade de concessão de terras para exploração, muitas vezes é necessário um determinado grau de escolarização para fazer face ao nível de burocracia nos processos formais, e sendo as mulheres rurais as mais afetadas pelo analfabetismo, torna-se quase impossível conseguirem fazer face a esta situação, para além disso, muitas vezes é necessário que haja alguma posse económica não só para pagar aos proprietários das terras, como também para fazer face aos custos processuais. Sendo que nos *djumbais* muitas mulheres afirmaram desconhecer as leis sobre a concessão de terras ou instituições estatais onde possam fazer valer os seus interesses sobre essas questões ou onde possam ter algum suporte jurídico. Ou seja, apesar de a terra ser um bem essencial à subsistência e geração de rendimentos, as mulheres não têm direito a herdar terras dos seus pais, nem dos maridos, após a separação ou viuvez, só os homens têm direito à terra. Quando a mulher fica solteira, a família do companheiro é quem tem direito aos seus bens, mesmo que estes tenham sido conquistados pelos dois durante a sua união, a regra é ela sair do casamento da mesma forma como chegou, ou seja, sem nada, embora a maioria saia dos casamentos com filhos dependentes delas. Apesar desta condição, a existência de terras comunitárias nas quais as mulheres podem trabalhar e explorar em proveito da comunidade e consequentemente dos seus agregados tem representado ao longo dos anos uma forma de aliviar os constrangimentos resultantes dessa limitação do seu acesso à terra própria.

Contudo, para além das condicionantes socioculturais e socioeconómicas, a apropriação de terras comunitárias por parte de terceiros tem sido um problema que merece grande atenção na medida em que representa um alerta não só para as comunidades locais como para os próprios governantes, na medida em que é um problema socioeconómico e político muito grave e que

tem vindo a agudizar-se cada vez mais. No estudo publicado pela Tiniguena, a ONG alerta para que:

[...] O elemento mais perigoso e destrutivo na ocupação de terras nos últimos vinte anos, sem que tenha sido examinado a quantidade de territórios e dos direitos legalmente reconhecidos e culturalmente praticados que são violados, tem sido a volta do negócio da exploração ilegal da madeira e da privatização de terras nas zonas costeiras para o turismo, alienando completamente as comunidades residentes dos seus espaços e recursos vitais de sobrevivência na qual as mulheres desempenham papéis cruciais ao nível produtivo e cultural (Tiniguena, 2018:11).

Ao longo do estudo, foi possível observar por toda a zona rural visitada que são as mulheres quem mais trabalham os campos, muitas aceitam essa condição na medida em que permite estarem mais perto de casa e dos seus filhos, enquanto realizam atividades agrícolas geradoras de rendimento, conseguem cuidar dos filhos e dos seus lares. Ou seja, apesar de ser um fardo duplo, dadas as condições de inexistência de empregos formais assalariados, acaba por ser uma opção recorrida por várias chefes de família, na ausência de um companheiro que possa ajudar a cuidar dos filhos quando estão longe. Não obstante essa privação, muitas mulheres explicam que mesmo que consigam fazer economias para aquisição de terras em seu nome, muitos proprietários não querem vender-lhes as terras só pelo facto de serem mulheres e não terem um homem responsável por elas, o que limita ainda mais o seu espaço de ação. Todavia, na maioria das vezes, rendimentos económicos gerados nas atividades agrícolas pelas chefes de família são maioritariamente usados nas despesas domésticas e educação dos filhos, impossibilitando dessa forma a poupança e estabilidade. Para além disto, muitas afirmam desconhecer formas ou maneiras de fazer poupanças ou investir os rendimentos. Afirmam também desconhecer os locais e as formas de acesso aos mercados bem como reconhecem a falta de acesso a ferramentas de trabalho ou técnicas e formas de resolver os problemas técnicos.

1.1.3. Marginalização das mulheres nos processos de tomada de decisão

Ainda existem desigualdades entre os homens e as mulheres, nós as mulheres precisamos sempre da autorização dos homens, seja do nosso pai, marido ou irmão,

não podemos decidir nada sozinhas, é a tradição! Se houver problemas, quem nos vai ajudar, quem nos vai defender? (Maria, 35anos).

Tal como afirma esta entrevistada, a tomada de decisão é exclusivamente do domínio masculino, e nem as próprias mulheres conseguem explicar o porquê disso, muitas afirmam que nasceram e encontraram o mundo assim e para que haja harmonia, é necessário que continuem a seguir as tradições, porque desrespeitá-las seria um atentado não só ao bem-estar comum, como um grande desrespeito pela memória dos antepassados.

Na cultura manjaca, a decisão do homem e do mais velho é que prevalece e nós as mulheres temos de seguir! Néné, 30 anos

Mesmo durante os *djumbais*, era notável que as mulheres mais jovens davam prioridade aos mais velhos e enquanto eles não falassem, elas não respondiam, mesmo em questões relacionadas a elas, o que poderia ser interpretado como sinal de respeito, mas também de clara hierarquia nas tomadas de decisão, em que primeiro prevaleciam as decisões dos *omis grandis* (*mais velhos*), a seguir dos homens adultos (jovens adultos), seguidos das *mindjeris grandis* e por fim as adultas e jovens adultas.

Aqui na nossa tabanca existe uma hierarquia, nós os jovens temos sempre de esperar os mais velhos falarem e só depois nós, as mulheres falamos depois dos homens. Egué 20anos

Apesar dos esforços levados a cabo por diferentes organizações africanas no sentido de aumentar a participação das mulheres nos espaços públicos de tomada de decisão, os resultados ainda estão aquém do esperado, seja pelas restrições impostas pela tradição, ou pela falta de prática por parte delas ou mesmo pela falta de fiscalização estatal no sentido de verificar se as leis existentes são ou não aplicadas e cumpridas.

Tanto nas regiões de predominância da religião muçulmana, cristã e animista, os espaços de discussão e partilha de ideias são por excelência locais de tomada de decisões relacionadas à vida das comunidades, assim como os espaços de cerimónias e de prestação de culto seja de cariz religioso, seja relacionado ao culto aos antepassados, porém, mais uma vez as mulheres vêm a sua participação limitada e às vezes vedada. Durante o estudo de campo, pedia-se a comparência das mulheres para a reunião, mas observou-se que geralmente os homens

chegavam primeiro, mesmo sabendo que os encontros são com as mulheres, continuava a haver o domínio dos homens, mesmo sem a sua presença, muitas mulheres solteiras já sentiam que não deveriam participar muito nos *djumbais* para não serem tidas como rebeldes pelos futuros maridos ou pelas famílias destes, na medida em que só passariam a ser mulheres plenas depois de se casarem. Apesar disto, é importante salientar que apesar da hesitação inicial, geralmente as mulheres separadas ou viúvas tinham maior à vontade para se exprimirem, apesar de se sujeitarem aos olhares indiscretos de alguns homens e mulheres presentes, percebeu-se que também eram respeitadas por outras devido aos seus percursos de vida e à capacidade com que conseguiram recompor as suas vidas, chegando em alguns casos a serem tidas como pessoas de referência nas suas relações com outras mulheres quando se viam incapazes de resolver os seus problemas sem os homens.

Ainda existem desigualdades entre homens e mulheres, para tudo, desde a participação nas decisões de casa, até para ir a uma viagem, precisamos da autorização do homem, se não é do pai é do marido, ou então dos irmãos e tios. Eles reúnem-se e decidem por nós, em assuntos do nosso interesse e só somos informadas no fim! Aissatu (35anos)

As cerimónias tradicionais são espaços por excelência de tomada de decisões relativas à comunidade, desde a resolução de conflitos, celebrações, e até mesmo de tomada de decisões sobre a vida das mulheres, como os casamentos, em que são os pais, irmãos e tios é que decidem, muitas vezes excluindo-as de participarem quer seja de forma ativa ou mesmo só de poderem estar presentes. Neste sentido, muitas mulheres casadas conseguem ter o seu ponto de vista representado pelos maridos, na medida em que apesar de não decidirem, conseguem influenciá-los nas interações familiares, contrariamente a estas, as mulheres separadas e as viúvas perdem o poder de influenciar diretamente as decisões, uma vez que estão sozinhas com os filhos e não têm um companheiro que as vá representar, mesmo que de modo indireto.

Outra questão levantada tem a ver com a representatividade política, quando questionadas sobre a sua participação nos processos eleitorais e se sentem que estão representadas pelos partidos, muitas respondem que se sentem excluídas.

Quando os partidos cá vêm, só falam com os homens, as mulheres são mandadas para trás de casa, onde tem a cozinha e os filhos para tratar, mesmo as solteiras não são chamadas a participar. Durante as eleições dão-nos tecidos para fazer roupas, para comemorarmos os seus partidos e depois votar neles, mas as mães continuam sem

saúde, escola e futuro para os filhos. Quem não tem homem, não é ouvida pelos partidos! Naba, 50anos.

À parte esta marginalização das mulheres separadas, muitas acabam por se habituar a estarem camufladas e sem vontade de se destacarem, sendo que muitas vezes dizem que é por medo de que as outras pessoas as possam *fazer mal*. Algumas vezes ao longo das entrevistas foi relatado que muitas mulheres chefes de família que conseguiram alcançar relativo sucesso na gestão dos seus agregados não *dão muito nas vistas* e no meio de pessoas mais velhas porque poderiam surgir pessoas que as *fizessem mal*, mal esse que não foi explicitado, mas que revelava um medo claro e ao qual ninguém se queria expor. Depois de algum questionamento, esclareceram que o mal pode vir em forma de doença, conflitos com os membros do agregado próximo e alargado e até mesmo a morte da própria pessoa ou de familiares próximos, como filhos por exemplo.

As mulheres estão a arregaçar as mangas, acompanho o telejornal todos os dias e vejo que todos temos direitos, mas o mundo está muito escuro, as pessoas só querem ganhar. Antigamente havia interajuda, mas atualmente ninguém ajuda ninguém e quando os seus filhos se estão a dar bem, existe inveja na comunidade e podem-te fazer mal, todos têm medo. Robá, 60 anos

Importa frisar que uma das situações mais observadas durante as reuniões com as mulheres da *tabancas*, mesmo sendo para falar com as mulheres sobre assuntos que dizem respeito a estas, a maioria dos tradutores ou animadores que haviam eram homens e que em dois ou três casos, não traduziam bem as ideias que sobre o empoderamento feminino, tentavam amenizar e traduzir de forma a manter o domínio da palavra do homem, felizmente o condutor percebia a língua e ao serem corrigidos, afirmavam que era necessário manter o equilíbrio e que as mulheres não podiam pensar que mandam nos homens.

É importante referir que na região de Cacheu, as mulheres dizem que tem havido abertura para a sua participação nas reuniões comunitárias, particularmente no sector de São Domingos, em Varela e Elia, as mulheres afirmaram terem espaço e poder nos processos de tomada de decisão e que existem muitas mulheres influenciadoras de opinião, foram igualmente dos sectores onde houve maior percentagem de mulheres chefes de família, segundo os dados do relatório da Tiniguena (2018).

1.2. “A mulher deve de sofrer e aguentar pelos filhos!”-Vulnerabilidade, violência e corrupção face à monoparentalidade feminina

Como afirmado por uma das mulheres entrevistadas, desde crianças, as mulheres são ensinadas a sofrer e guardar os problemas, para manter as suas relações com o resto da comunidade, e afirmam que é muito comum ouvirem frases como: *Bô sufri pabia di bô fidjus ku bô ermons!*⁷ ou ainda *djitu ka tem, nô tem di sufri*⁸, ou seja, existe uma cultura de fazer a mulher acreditar que o seu sofrimento será recompensado na felicidade e bem-estar dos homens da sua família, particularmente dos seus filhos e irmãos.

Quando questionadas sobre as mudanças que encontram após a ausência dos companheiros, uma das respostas mais comuns entre as entrevistadas é de que se sentiam vulneráveis, tanto em termos económicos como sociais. Para elas, a ausência do companheiro traz vários constrangimentos, primeiramente a redução de rendimentos do agregado, e conseqüentemente maior risco de pobreza, e nas comunidades mais vulneráveis à pobreza, o risco é ainda maior e afeta o equilíbrio familiar, quando a mulher assume sozinha o bem-estar da família, pode sentir-se muitas vezes sobrecarregada, podendo *gerar problemas da cabeça*⁹, porque não tem com quem a possa ajudar com as despesas ou mesmo partilhar a *dor*. A par deste receio os rótulos negativos a que estão sujeitas são outro problema, este ponto foi discutido principalmente pelas mulheres separadas, mesmo que consigam dar resposta às necessidades básicas das suas famílias e atinjam relativo sucesso na gestão dos seus agregados, o medo do julgamento pelos seus pares leva a que muitas vezes limitem o seu espaço de ação. Um dos temas mais levantados pelas chefes de família é do facto de muitos homens casarem várias mulheres e isso geralmente é um assunto que traz muitos desentendimentos e conflitos entre as novas mulheres e as antigas e muitas vezes com os maridos. Quando as mulheres não aguentam os casamentos poligâmicos, afirmam que separem-se dos companheiros, mesmo que por motivos de sobrevivência, é algo que pode ser visto como rebeldia, na medida em que a *mulher deve de sofrer e aguentar pelos filhos*, ou seja, a separação é um ato egoísta e destabilizador. Como resultado, muitas vezes são descreditas e marginalizadas, algumas sendo apelidadas de problemáticas. Estas

⁷ “Sofram/aguentem por causa dos vossos filhos e irmãos.”

⁸ “Nada podemos fazer, temos de sofrer/aceitar!”

⁹ Problemas de cabeça são problemas psicológicos, que segundo as entrevistadas vão desde a tristeza até questões como a depressão.

situações levam em alguns casos à violência por parte dos familiares como forma de punir e educar.

As mulheres é que se desvalorizam, muitas vezes não nos respeitamos umas às outras. A falta de saúde também nos impede de participar, muitas colegas minhas ficaram fracas depois de terem filhos e não têm hospitais para se tratarem, outras nunca recuperam dos partos porque têm muitos filhos e não pensam nelas, só nos filhos. Também outras não têm coragem de fazer controlos e planeamento familiar, uma conhecida foi espancada pelo marido porque colocou aparelho, ela só está para servi-lo, como é que ela vai ter tempo para si mesma e para saber dos seus direitos? Iama, 40anos

Embora o relato da entrevistada seja sobre uma mulher casada, muitas mulheres solteiras contam que passaram pelo mesmo trauma enquanto casadas, o seu dever era ter filhos para os maridos e para a família dos maridos e quando se separavam, eram elas é que tinha de cuidar dos filhos menores, muitas vezes estando debilitadas devido a vários anos de abusos. A violência referida começa desde cedo e de forma muito subtil, em que à mulher é-lhe incutido que o homem é mais forte e que tem poder sobre ela, seja psicológico, seja físico, seja o pai, o irmão, o marido ou mesmo os homens da família alargada. A violência começa muitas vezes no mau trato psicológico, em que por diversas vezes a mulher vê-se diminuída e a sua condição de mulher é de um ser auxiliar ao bem-estar do homem, dos filhos e da comunidade.

Para muitas entrevistadas, a limitação ao conhecimento e a privação de acesso à educação formal e a aprendizagem começam desde que são raparigas, tendo mais tarde consequências nas suas vidas adultas, muitas vezes refletidas na fraca capacidade de expressão e resolução de problemas, muitas vezes criando círculos viciosos. O medo de dizerem o que pensam e estarem erradas ou de serem malfaladas nas comunidades são os motivos mais citados pelas mulheres entrevistadas como barreiras psicológicas à sua autonomia. Segundo a experiência das entrevistadas, uma mulher solteira e com filhos não é o desejável, principalmente se ela se assumir como chefe de família e começar a tomar decisões, não é natural, na medida em que ela precisa de um homem para a proteger, *porque a mulher não pode fazer o papel do homem!*

Foram relatadas experiências de agressão física levada a cabo pelos familiares das mulheres que se separaram dos maridos, porque a separação da mulher representa uma vergonha para as

famílias. Durante um dos *djumbais*, uma mulher contou a história da sua sobrinha, uma jovem de 16 anos que foi obrigada a casar-se com um homem mais velho, que já tinha outras mulheres. Com medo, a jovem fugiu na primeira noite da casa do marido e conseguiu ir para a Gâmbia para se abrigar junto de outros familiares, contudo, os homens da sua família ficaram a saber e foram atrás dela, a tia relatou que a jovem foi espancada pelo pai, tios e irmãos até ao ponto de ficar bastante maltratada e sem poder caminhar durante vários dias. Depois de recuperar, foi obrigada a voltar para a casa do marido, onde também foi agredida por este e por algumas das mulheres da família do homem que se sentiram ofendidas com a sua atitude. À semelhança desta jovem, várias outras mulheres foram agredidas pelos familiares dos companheiros ou ex-companheiros. Quando questionadas o porquê ou quando essas agressões aconteceram, responderam que foi sobretudo no momento após a separação, quando as famílias dos homens vão buscar os bens¹⁰ que acreditam ser dos homens e quando encontram resistência por parte das mulheres donas de casa, em alguns casos, a resposta é partir para a agressão ou ameaças de agressão e de lhes poderem *fazer mal*.

Outros relatos de violência e exploração sobre as mulheres chefes de família estão relacionadas com o trabalho, como meio de gerar rendimentos para o sustento das suas famílias, muitas conseguem trabalhar para outras famílias de forma pontual, na agricultura, quer seja nas hortas, arrozais ou pontas de produção de caju, os conflitos surgem na hora de pagar o trabalho delas. Elas entendem que o facto de não terem maridos, leva a que o empregador se ache no direito de não obedecer aos valores acordados e em algumas vezes recusando-se a pagar, o que às vezes escala para alterações físicas.

Após esses relatos, quando questionadas sobre o acesso à justiça, explicam que há dois tipos de justiça, de um lado tem a justiça da família e da *tabanca* ou tradicional, que chamam de *kumpu kombersa*¹¹ e para além dessa, existe a justiça do Estado, nomeadamente a polícia e os tribunais. No geral as mulheres dizem que nenhuma das opções é justa ou satisfatória, na primeira obedece-se aos pressupostos da tradição em que prevalecem os usos e costumes comunitários, dando muitas vezes razão ao homem ou à família destes em detrimento da mulher, ou então dando razão a todos menos à *mulher rebelde*, não podendo ela justificar o seu ponto de vista ou a sua posição, na medida em que não participa nas tomadas de decisão. Quanto à justiça de estado, a maioria das entrevistadas não se revê nela, dizem não conhecer as leis e muitas vezes

¹⁰ Móvel, animais, dinheiro, etc.

¹¹ É uma espécie de mediação de diálogo para se chegar a um consenso.

não têm formas físicas e conhecimento para chegar aos centros de decisões. Quando o conseguem fazer, ou não se conseguem expressar sobre os problemas ou muitas vezes é-lhes dito o mesmo que dizem no *kumpu kombersa*, *Sufri*¹² e são mandadas para casa, outras acusam as polícias locais de se deixarem corromper por quem lhes pagar mais, a justiça é feita a favor de quem pagar mais aos polícias, tendo a sua situação económica muito debilitada, muitas não conseguem ter meios de fazer o mesmo ou procurar outras instâncias superiores de justiça.

Nestas comunidades pequenas, onde todos se conhecem, estas questões são muito preponderantes nas relações com os demais membros das *tabancas*, contudo, as entrevistadas deixaram claro que o medo ou o facto de não saberem qual a melhor maneira de se expressarem não significa que não tenham ideias ou planos sobre as suas vidas e comunidades.

1.3. A cooperação para o desenvolvimento no empoderamento feminino rural

Durante a realização do trabalho de campo, foi possível visitar 40 *tabancas* guineenses e em todas foi possível observar de forma bastante clara o papel que a cooperação internacional tem tido na vida das populações, primeiramente pelas placas deixadas nas escolas, em que se podia ler sobre o trabalho da ONU, da União Europeia, da Ecomib, dos acordos realizados com os governos da China, do Japão, os projetos mais comuns eram os programas das cantinas escolas, seguidos dos requalificações de centros de saúde e outras unidades de saúde e escolares, passando pelas cooperativas agrícolas resultantes das parcerias entre as comunidades locais e os agentes de cooperação e finalmente, a maior influência dos projetos de cooperação para o desenvolvimento revela-se com a nossa chegada e presença.

Também a forma como erámos recebidos nas comunidades, revelava de imediato o tipo de relações que as comunidades tinham com os agentes externos de cooperação, não era de toda uma realidade nova, já sabiam ao que íamos e sabiam principalmente o que queriam de nós!

¹² “Tens de sofrer!” ou seja, é um pedido/conselho para que aguentem e deixem passar o problema.

1.3.1. Empoderamento das raparigas e mulheres e risco de exclusão dos homens?

A presença dos projetos de empoderamento feminino têm possibilitado a conquista de espaço às mulheres chefes de família, devido às sucessivas intervenções e diálogos que se foram levando a cabo junto dos membros das *tabancas*, contudo, foi possível notar a tensão existente e o medo que as mulheres tinham em participar, principalmente porque poderiam ser julgadas após a nossa saída, algo que algumas admitiram ter acontecido algumas vezes, após a saída de projetos e tentativa por parte delas de implementar as lições aprendidas com os técnicos. O foco da cooperação nas mulheres pode ser um desafio à coesão social, na medida em que empoderar as mulheres é o objetivo, mas os meios para o atingir podem representar desafios à coesão e manutenção dos agregados chefiados por mulheres, na medida em que se entende que os homens não podem ser deixados de parte em todo o processo. Corre-se o risco de desestruturar ainda mais as já frágeis relações género, polarizando-as.

Durante um dos encontros em Elia, uma senhora afirmou que não havia tantos conflitos entre os homens e as mulheres, que existia entendimento entre eles, que os projetos é que levam os discursos para lá e que algumas mulheres acham que podem mandar nos homens, mas logo houve contestação por parte de outras mulheres, que não concordaram com ela, principalmente as jovens, dizendo que era necessário serem ajudadas pelos técnicos. Não significando que não se deva apoiar e reconhecer a autonomia adquirida pelas mulheres solteiras, contudo é essencial que seja feito de forma paulatina e com questões não fragmentadoras, é importante que o empoderamento não se torne um jogo de forças entre as chefes de família e as comunidades, e nem tampouco, espaço para assimilarem e reproduzirem posteriormente as ideologias ocidentais para recetores não ocidentais.

Os projetos não querem nada com os homens, só com as mulheres! Foi muito comum ouvir esta frase ao longo da viagem, principalmente por parte dos jovens adultos, embora tivessem espaço para se exprimirem, muitos não o faziam na medida em que sentiam que poderiam dizer algo que prejudicasse ou limitasse a ajuda que as mulheres pudessem vir a receber. O aceitável era mostrarem que apoiavam as ideias dos técnicos.

Em conversas mais privadas com as mulheres, compreendeu-se que esta também foi uma estratégia adotada por alguns homens das comunidades, mas na realidade o apoio não era verdadeiro, e muitas vezes instalavam-se conflitos após a saída dos técnicos das aldeias.

Várias vezes importou reiterar que o empoderamento feminino não diminuía o poder dos homens, auxiliava era as mulheres a tornarem-se independentes e autossuficientes, e sobretudo no caso das chefes de família monoparentais, permitir que possam resolver os seus problemas diários por elas mesmas, sem estarem dependentes da vontade dos pais, irmãos, primos ou outros homens das comunidades, e que principalmente o seu empoderamento não era significado de que ocupariam o lugar dos companheiros ausentes na vida dos filhos e na sociedade, mas que seria um modo de colmatar algumas dificuldades.

É importante ressaltar que para além dos possíveis conflitos que pudessem surgir se os homens sentissem o seu poder ameaçado, existia também medo por parte das mulheres, ou seja, o medo de serem as responsáveis por desestruturar as suas comunidades.

Em certas aldeias, foi claro como os homens e as mulheres já vinham com uma estratégia pronta, ou seja, com o discurso estudado sobre a liberdade e apoio às mulheres empreendedoras. Sabiam que essa postura era crucial para que essas comunidades conseguissem mais recursos. Esse era o discurso que permitia potencializar esses resultados e garantir a sua manutenção. Ao mesmo tempo, foi possível observar que havia uma espécie de delegação de funções, algumas mulheres, chefes de famílias, estavam prontas a pedir as ajudas necessárias, em nome dos filhos e da comunidade, ou seja, já vinham prontas a enumerar o que não tinham e queriam ou o que os outros que chegaram antes de nós haviam feito, mas se perdeu. Nessas alturas, geralmente os homens não falavam, eram sempre elas e pediam em seu nome e dos seus filhos, porque não tinham maridos e *eram as mais cansadas*.

1.3.2. Empoderamento feminino e dependência?

Em todas as aldeias que visitámos, pediam construção ou reparação de poços, pediam motas para os filhos ou irmãos poderem trabalhar a transportar pessoas, pediam redes de proteção contra os animais para as hortas e quando questionadas o porquê de não poderem pedir ajuda ou negociar com os filhos ou irmãos para as construírem, diziam que o projeto X construiu redes nas *tabanca* ao lado ou que houve subsídio para a reconstrução de redes que se estavam a estragar. Perguntadas sobre os materiais (tratores) que víamos parados, muitas vezes respondiam que era porque não chegaram a acordos sobre quem os poderia utilizar ou como arranjar os que estavam avariados, mesmo tendo ficado para as mulheres, não havia consenso

de como seria usado, foram questões que não foram pensadas por quem lhes ofereceu o material.

Das múltiplas frases que íamos ouvindo, muitas vezes sem explicarmos o foco da nossa presença era: *Bô djudanu só, tudo ké ku bô fala, nô sêta!*¹³ Num primeiro momento esta fase poderia ser entendida como um pedido de ajuda de pessoas desesperadas, capazes de seguir orientações de desconhecidos só para receber o que quer que fosse necessário à sua sobrevivência, contudo, depois de percorrer alguma *tabancas* e de algumas entrevistas, também foi possível ver este pedido como uma estratégia que as mulheres encontraram de conseguir o que quisessem das ONGs. Quando questionadas sobre o conhecimento que tinham sobre os projetos de cooperação e empoderamento feminino, foi unânime que todos sabiam o que eram os projetos de cooperação, que conheciam os cooperantes ou agentes externos de cooperação e que principalmente sabiam que quem os projetos querem ajudar são as raparigas e mulheres, principalmente as mulheres com alguma independência na gestão dos seus agregados, embora muitas entendam isso, não sabiam o porquê!

Não é de agora é que cá vêm muitos projetos de cooperação, uns falam connosco, outros constroem coisas, mas quando vão embora, tudo se estraga e nós não temos como resolver os problemas deixados e as vezes os homens da comunidade não nos ajudam, porque pensam que esses materiais foram deixados para desafiá-los! Sumai, 55anos

Era notável o aparente descontentamento sobre a evolução dos projetos de cooperação para o desenvolvimento, na medida em que tanto homens como mulheres afirmaram que depois de décadas não viam evolução nem nas infraestruturas nem nas mentalidades das mulheres, principalmente no sentido de pôr em prática ideias. Quando perguntadas o porquê de acharem que isso não acontecia, há um silêncio geral, as pessoas esperavam que fossem outras a responder e notava-se uma preocupação em não responder algo que causasse fricção com os técnicos que lá estavam para ajudar. Mas depois de um tempo responderam que seria porque elas não têm escola e que por isso não sabiam como lidar com as coisas. Mais tarde tive a oportunidade de repetir a mesma pergunta, já de forma individual e garantindo sigilo, questionei uma das entrevistadas qual seria o motivo que continuava a impossibilitar o empoderamento das mulheres, principalmente das mulheres com negócios e com responsabilidades reconhecidas, e segundo ela, muitas vezes as ajudas chegavam em forma de coisas e não de

¹³ “Tudo o que nos disserem aceitaremos! Ajudem-nos apenas!” Espécie de apelo à ajuda por parte das mulheres.

ideias e quando chegavam as ideias, não sabiam como segui-las. Ela explica ainda que no tempo da sua mãe as mulheres eram fortes para a cooperação, viajavam e iam conhecer lugares e aprendiam com o que viam e viviam, contudo, notam que os projetos já não têm dinheiro como antes, então trazem os materiais e deixam, o que na maioria das vezes traz desentendimento. Mesmo sendo os projetos para as mulheres e com o objetivo de empoderá-las, as mulheres solteiras e chefes de família nunca se podem colocar à frente dos homens, e a última palavra é deles.

Muitas mulheres minimizam o seu valor e a sua importância na sociedade, as mulheres sabem dentro delas mesmas que cerca de 80% dos encargos familiares estão sobre elas, mas muitas fogem da responsabilidade de reconhecer isso! Homem de cerca de 40anos

A maioria dos projetos que chegam às comunidades é para ajudar as mulheres, principalmente as solteiras ou separadas e as crianças, e variam desde preocupações com a nutrição, a escolarização ou com a justiça, mas como os mesmos reconhecem, já vem tudo organizado e contado, mesmo existindo a valorização da opinião das mulheres, são as pessoas de Bissau¹⁴ é que trazem essas ideias e vão educar as mulheres, vão ensiná-las e têm horas de chegar e ir embora, o que impossibilita que muitas vezes as mulheres consigam entender a mensagem e muito menos participar ativamente e acabam por aceitar as mensagens proferidas pelos técnicos sob pressão, quanto mais rápidos assimilarem e houver resultados, mais hipóteses têm de conseguir mais ajudas. Durante um *djumbai*, um senhor diz que as mulheres fogem das responsabilidades porque sabem que sempre houve e continuará a haver ajudas para elas, mesmo que nada façam estão asseguradas. Contudo, elas discordam, afirmando que não têm ajudas e de que estão cansadas de fazer tudo sozinhas pelos filhos.

É possível observar que o fato da ajuda já chegar pensada às comunidades representa um enorme risco, na medida em que como afirmaram algumas chefes de família, cria dependência, mas não traz a mudança, continua no mesmo lugar que as suas mães e temem que as suas filhas e netas continuem no mesmo lugar também.

Temos ideias e vontade de fazer as coisas, mas não nos foi ensinado como fazer aquilo que queremos e da maneira como podemos!

¹⁴ Pessoas de Bissau, referindo-se aos técnicos da cooperação, na ótica da cooperação podem ser vistos como locais, contudo nas aldeias são vistos como pessoas externas, com modos de pensar e viver completamente diferentes.

Como expuseram algumas entrevistadas, elas têm vontade de mudar e de ver um futuro melhor para os seus filhos, e têm ideias e planos de como querem as coisas, contudo não sabem como fazer, estando assim sujeitas a aceitarem as ajudas e as suas regras. Muitos projetos e muitas ideias chegam, mas querem romper com as regras locais de forma imediata e só aceitar as formar das organizações, feminismo e empoderamento ocidental, não querendo defender que o domínio do homem sobre a mulher na África Subsariana seja aceitável ou algo imutável, mas é importante ver que tal como aconteceu no mundo ocidental, é necessário serem as mulheres africanas, neste caso as mulheres chefes de família a dizerem como devem as coisas ser e quando e é necessário também que os restantes atores da cooperação para o desenvolvimento (estrangeiros e nacionais) e os decisores políticos tenham confiança na capacidade das mulheres em moldarem e conduzirem *os caminhos* para o desenvolvimento.

Como resultado muitas mulheres sentem-se incapazes, criando conflitos internos, porque são diferentes e se sentem inferiores em relação às mulheres que as vão formar ou seja, elas sentem-se diminuídas, muitas vezes, porque não sabem ou não estão a fazer o certo, inibindo-se de exprimir, também, cria-se um desajuste da realidade delas com o ideal que lhes é imposto. São lhes exigidas rápidas mudanças que se desajustam à sua realidade e conseqüentemente continuam a não produzir mudanças reais.

No primeiro momento foram ideias e técnicos estrangeiros, no segundo momento estão a ser implementadas ideias estrangeiras por técnicos nacionais e alguns locais, e ainda não se revela suficiente. Assim segue a utilização da mulher solteira ou separada, principalmente para a captação e obtenção de recursos para pagar os salários dos técnicos e manter as comunidades, enquanto ela continua a ser marginalizada na sua condição de mãe solteira e continua a carregar o fardo duplo de mãe/educadora e única provedora do lar.

1.3.1. Mãe Rebelde, Filhos Inúteis e Futuro Condenado?

Como afirmado anteriormente, o peso das crenças tradicionais e respeito pelos antepassados é uma característica transversal às sociedades africanas e nas comunidades em estudo foi bastante observável este fenómeno, principalmente a crença generalizada, tanto nos homens como nas mulheres, casados ou solteiros, de que desrespeitar as tradições tinha como uma das maiores e mais temidas conseqüências as *pragas transgeracionais*, ou seja, a desobediência e a não atuação conforme as normas por parte das mães, iria se refletir no infortúnio dos filhos. Uma

das questões que não pude deixar de pôr às mulheres tinha a ver com a razão de aceitarem a imposição por parte dos homens e de não se rebelarem e houve uma resposta comum: “*Pa ka nô fidjus kansa!*”, em português, “Para que os nossos filhos não se cansem na vida, para que não sofram!” ou “*Nô fidjus ka na balinu!*”, ou seja, “Os filhos não poderão cuidar de nós!”, não só no sentido literal, mas dos filhos serem pessoas capazes e terem condições de vida aceitáveis. Depois desta resposta, havia quase sempre um pequeno silêncio, talvez um momento de reflexão, talvez a resposta a algo que as transcendia.

O medo de desobedecer às regras e as consequências refletirem-se nos filhos parecia um pensamento *cortante*. Muitas vezes questionei se não seria preferível tentarem lutar para conquistarem logo o seu lugar e independência sobre as suas vidas e libertarem as suas filhas do mesmo destino, mas como me explicou Satú, a ativista para os direitos das mulheres, muitas mulheres têm de aguentar muito, pois acreditam que a felicidade deles, dos filhos, está nas suas mãos, e que nem o dinheiro nem distância podem protegê-los se algo de mal tiver que acontecer: doenças, infortúnio nos casamentos, não conseguirem vingar na vida, tornarem-se inúteis. Contudo, diz ela que aos poucos as coisas estão a mudar e cada vez mais se vê mulheres a conseguirem contornar essas barreiras e a produzirem mudanças estruturais, mesmo que de forma paulatina. Em estudos futuros, importará aprofundar conhecimento sobre a origem e o poder deste tipo de valores/crenças, que claramente se oferecem um muito forte elemento de controlo social.

2. Respostas as mulheres chefes de família aos desafios

Como vimos anteriormente, são vários os desafios que se impõem à condição de mulher rural e chefe de família na Guiné-Bissau, nomeadamente o facto de ela se encontrar numa encruzilhada entre as exigências dos projetos de cooperação para o desenvolvimento e as exigências dos usos e costumes tradicionais, contudo é notável que apesar dessa condição, a mulher chefe de família monoparental tem conseguido dar resposta de forma positiva às necessidades dos seus dependentes.

Tal como sublinha Henriques, *et al.* (2015), a afirmação da mulher como *motor de desenvolvimento* é uma realidade na Guiné-Bissau. A agricultura e o empreendedorismo pessoal e económico têm sido das formas mais imediatas de dar resposta às necessidades dos seus dependentes.

Todas as entrevistadas se queixavam da crise, então cabia-lhes a elas arranjar o dinheiro. E nas aldeias o cenário era o mesmo, principalmente para as mulheres que não tinham companheiros, não havia emprego formal e se houvesse era para os homens, então teriam de ser elas a arranjar formas de se sustentarem.

Dizem sempre que as mulheres têm de sofrer, ouvimos, mas não cumprimos, há coisas dos homens e há coisas de mulheres, mas cada qual sabe de si e da sua casa! Desde crianças somos educadas para sofrer e guardar os problemas, e temos de agir em conformidade com aquilo que os outros esperam. Nós somos os pilares das nossas casas, trabalhamos o dia todo e não temos de aceitar o que nos dizem para fazer, aqui não deixamos os nossos homens serem inúteis, em casa acordamos o que cada um tem de trazer e assim tem de ser, mas se queremos direitos, temos de cooperar. Ana, 30 anos.

2.1. Atividades geradoras de rendimento realizadas pelas mulheres

A mulher está a arregaçar as mangas, acompanho o telejornal todos os dias. Todas as pessoas têm direitos! Seni, 50 anos

Face à pobreza estrutural vivida nas regiões rurais, aliada à falta de trabalho formal assalariado e fracos níveis de educação das mulheres, urge a necessidade de criação de atividades geradoras de rendimento ou mesmo a transformação de atividades quotidianas em meios de geração de rendimento. Num meio onde o emprego formal é quase inexistente, as mulheres chefes de família têm procurado através do seu trabalho na agricultura, criar formas de aproveitamento da informalidade do mercado para a venda das suas culturas, bem como já se mostram mais abertas à possibilidade de comércio transfronteiriço.

O facto de se dedicarem à agricultura como meio de sustento permitiu não só a geração de rendimentos que permitem a subsistência familiar, como têm possibilitado a comercialização dos excedentes, e em alguns casos a prática de culturas de produtos pensados para se comercializar localmente. Através de pequenas poupanças monetárias ou pequenos empréstimos fornecidos pelas suas organizações, as mulheres chefes de família afirmaram que por terem passado pelo abandono quando ficaram sem marido, aprenderam a importância de

guardar o seu dinheiro em casa (em lugares menos visíveis, seja dos seus filhos, das suas mães ou amigas) dado que não têm acesso a bancos. Pouparam para mais tarde criar pequenos negócios. Num primeiro momento vendem localmente ou em feiras regionais, os *lumos* e posteriormente, conseguem fazer viagens a outras regiões e países para diversificação do tipo de negócio. O facto de não terem maridos, permite maior liberdade de ida e vinda, muitas chefes de família aproveitam para alargar os produtos por elas comercializados, exemplo das viagens a países como a Guiné Conacri e ao Senegal para venda e compra de produtos não locais e mais diversificados e conseguem ao mesmo tempo maior tempo de permanência fora de casa e possibilidade de aquisição de novas técnicas e métodos de maximizar os seus rendimentos e consequente ganho de liberdade de gerar e gerir os seus lucros. À semelhança da construção de casas para as filhas, algumas chefes de família e não só, revelam que a construção e manutenção de negócios também é pensada para ser herdada pelas filhas, para que tenham uma fonte de rendimento.

Este é um dado da maior importância. Também ele a examinar futuramente, procurando reconhecer-se se poderá ser indício da ação para a mudança a partir de dentro, do seio das comunidades: qual poderá ser a força da mudança endógena.

Como afirmado anteriormente, as mulheres rurais têm-se afirmado como mão-de-obra da produção agrícola nessas zonas. A agricultura tradicional de subsistência e a exportação da castanha de caju são as principais formas de gerar rendimentos para as comunidades. Apesar de não terem direito à terra, muitas mulheres chefes de família, asseguraram que apesar de não serem donas das terras, por morte dos maridos, caso tenham filhos menores (desses maridos), têm direito a trabalhar as pequenas hortas familiares e tirar rendimentos para sustentarem os seus filhos. Nessas hortas as mulheres produzem sobretudo hortaliças que posteriormente vendem em feiras locais, embora muitas digam que não tiram grandes ganhos disso. Também afirmam que com esse dinheiro, conseguem fazer face a algumas das suas necessidades, e muitas vezes esses produtos são utilizados para trocas por outros e servem para consumo familiar. A par da horticultura, a produção e venda de arroz, base alimentar dos guineenses, também tem sido outro meio de garantir segurança alimentar libertando as chefes de família da aquisição desse bem, possibilitando alguma poupança. A comercialização do óleo de palma, principalmente na região de Cachéu é também uma atividade preponderante na geração do rendimento das mulheres.

Segundo as mulheres, a maioria das culturas de caju são propriedades dos homens, o que deixa as mulheres chefes de família em desvantagem, contudo, a solução por elas encontrada é a de trabalharem para esses homens. Uma das formas mais comuns por elas apontadas é a de trabalharem três dias para o homem e um dia para elas, deste modo, como afirmam, conseguem gerar rendimento, sem correr riscos caso o preço do caju varie ou haja algum contratempo com as culturas. A criação de animais de pequeno porte, ou a pesca e a sua comercialização também é bastante comum entre as mulheres. Também referem que nalgumas tabancas, a transformação de produtos e produção de bebidas como o vinho de palma ajudam a garantir bom sustento. Um fenómeno mais recente, mas menos comum é a transformação e venda de bebidas produzidas a partir de produtos locais, como o sumo de hibisco. No quadro do projeto em que estava a estagiar, em várias das comunidades visitadas havia parcerias com as mulheres produtoras rurais para que parte das suas culturas fossem vendidas às escolas para a confeção de refeições escolares para os alunos, seus educandos. A venda de produtos de artesanato em feiras locais, *lumos*¹⁵ também é uma das atividades geradoras de rendimento apontada pelas mulheres. Outra atividade em crescimento e bastante atrativa segundo as entrevistadas é a comercialização de produtos de beleza, algumas chefes de família afirmaram conhecer mulheres que têm realizado viagens a outras regiões e até a países vizinhos para a compra e posterior revenda de bens materiais não perecíveis.

A criação de negócios próprios tem permitido às mães responsabilizarem-se pelo pagamento direto aos professores públicos para garantir a frequência da escola e o ensino contínuo dos seus filhos, a par disto o contacto com mulheres de outros locais e países tem resultado no interesse pela educação e no reconhecimento desta como essencial ao desenvolvimento. Como resultado e em parceria com os parceiros locais, têm-se criado programas de frequência de aulas de alfabetização para as mulheres, aonde são discutidos outros assuntos sobre o seu quotidiano, numa das aldeias do projeto, as mulheres afirmaram que contribuiriam para a compra de painéis solares para que pudessem ter aulas à noite, depois de terminarem os seus afazeres no campo e em casa.

¹⁵ Feiras regionais.

2.2. Criação de organizações e cooperativas

A criação de organizações e cooperativas de cariz mutualista e feminina onde as mulheres podem participar independentemente de serem casadas, viúvas, solteiras ou separadas é das mais comuns formas de organização por elas encontradas. Estas organizações possuem a finalidade de melhorar a sua produtividade agrícola e servem de apoio às suas economias pessoais, importa ressaltar que algumas organizações/cooperativas contam com o apoio de ONG's parceiras, estas organizações podem ser formais e legalizadas ou compromissos verbais entre os membros. Uma das formas de cooperação é através das *abotas* que é uma espécie de sistema de quotas em que existe uma mulher responsável por recolher as contribuições monetárias de cada membro, em tempos estipulados pelo grupo e de forma rotativa vão dando as contribuições a cada membro, o que representa um rendimento extra para quem o recebe. As organizações das mulheres permitem também, muitas vezes o acesso aos microcréditos e apoio com créditos agrícolas, em contextos aonde não existem bancos e há muita desconfiança (por parte dos homens) em relação a conceder empréstimos a mulheres sem maridos, estas formas de organização possibilitam em muito a ação das chefes de família, como afirmam as próprias, não se trata de falta de vontade de trabalhar, mas sim de formas de acesso aos meios e instrumentos de trabalho. Para além dos créditos agrícolas, existem encontros realizados pelas mulheres com o intuito de trocar experiências e conhecimentos nas diversas áreas afetas ao seu quotidiano, agricultura, educação dos filhos e outros temas. Segundo algumas entrevistadas estas organizações têm preparado e permitido a algumas mulheres consciencializarem-se e vocalizarem os seus problemas e as suas vontades, principalmente às chefes de família, que devido às suas histórias de vida, já têm muita experiência em lidar com diferentes questões. Em *tabancas* como Tchur Brick já é possível ver mulheres formadoras de opinião e algumas já são chamadas a participarem em determinadas reuniões com homens.

2.3. Aquisição de terras para culturas, habitação e manutenção das gerações futuras

Embora ainda seja uma realidade pouco comum, não só devido à tradição, mas também à carência de meios económicos para tal, algumas entrevistadas afirmam que em certas aldeias já existe a possibilidade de compra de terrenos por mulheres. Devido aos constrangimentos

tradicionais, muitas mulheres optam por comprar terrenos junto das aldeias dos seus pais ou das suas mães, mesmo ainda durante os casamentos, na medida em que acreditam que não serão expulsas ou as famílias dos companheiros não poderão reivindicar as terras no caso de uma eventual separação, cenários que se vieram a confirmar em alguns casos. Por vezes, apontam elas, que os donos das terras não aceitam vender a mulheres sem maridos e aí normalmente optam por pedir a irmãos ou primos que as apoiem nos processos de compra e de garantia de que existe um homem responsável pelo negócio. Os terrenos comprados podem ser para a agricultura ou até mesmo para a construção de futuras habitações e espaços de negócios.

Um outro fenómeno relativamente novo e menos comum, é a construção de casas nessas terras a serem herdadas pelas suas filhas, caso os seus casamentos não resultem futuramente. Muitas mulheres recorrem a essa estratégia porque não querem que as filhas venham a passar pelas mesmas dificuldades que elas, porque dizem que geralmente os filhos homens terão sempre lugar na casa dos pais quando virarem homens, ao contrário das filhas.

2.4. Possibilidades de ação e influência das mulheres chefes de família no meio rural

As mulheres rurais têm consciência do que se passa no mundo e estão cientes que têm direitos, tal como os homens, principalmente nas questões de decisão, contudo, as formas de aceder a esse meio são limitadas. Entre as estratégias que têm conseguido criar, destaca-se a mediação de conflitos a nível familiar, as mulheres tentam exercer influência a uma escala micro, com os familiares mais próximos, através do diálogo em forma de conselho, criando redes de influência e possibilitando que se façam ouvir, nem que seja através de terceiros. Os *djumbais* revelam-se como locais de exercício de opinião sobre as questões comunitárias, embora sejam espaços não oficiais de tomadas de decisões comunitárias, permitem, até certo ponto, a troca de informações e principalmente permitem que as mulheres solteiras saibam o que se está a passar no resto da comunidade e os pontos de vistas dos homens, através das *passadas*¹⁶ das suas esposas. No mesmo sentido, muitas vezes as mulheres mais velhas servem como conselheiras das jovens chefes de família e essas por sua vez afirmam tentar educar as suas filhas e filhos no sentido de produzirem mudanças mais estruturais.

¹⁶ Relato em forma de história curta de um certo acontecimento, normalmente contado num contexto familiar ou entre amigos.

Devido à inércia do sistema judicial e legal e para evitar prejudicarem-se, muitas mulheres optam pela resolução de conflitos entre mulheres, dependendo do tipo de conflitos, tentam resolver entre elas, com o auxílio das mais velhas e tentando que não chegue à justiça dos homens, principalmente no caso de conflitos entre as mulheres chefes de família e sem companheiros homens e as mulheres casadas.

Uma das observações feitas pelas mulheres é da necessidade de envolver os homens nos processos de sensibilização sobre a importância da terra para o sustento das famílias, as próprias mulheres chefes de família referem esta necessidade devido à importância da própria comunidade e do reconhecimento do seu papel por parte dos indivíduos. A par disto, elas afirmam que a escolarização e educação dos filhos seria também uma forma de contornar estes desafios.

2.5. Realidades quotidianas na liderança dos agregados familiares monoparentais: mulheres e homens

Ainda que não seja o objetivo principal desta pesquisa, é pertinente referir que a informalidade dos mercados rurais que tem permitido às mulheres chefes de agregados familiares a comercialização das culturas e aquisição de rendimentos para o sustento das suas famílias não é tão fulcral na geração de rendimentos e manutenção de agregados monoparentais chefiados por homens. Embora de forma menos explorada, ao longo das conversas, foi referido algumas vezes um fenómeno menos comum nas comunidades em estudo, a liderança masculina de domicílios monoparentais, contudo reconheciam que poderiam existir situações pontuais em que os homens tivessem de se responsabilizar sozinhos por cuidar dos filhos e da casa. Mas como afirmaram alguns homens, é muito incomum porque muitas vezes o homem tem mais do que uma mulher, caso se separe ou morra uma delas, existe uma pessoa para cuidar da casa e é mais fácil voltar a casar ou então as suas irmãs, primas, mãe ou, mais raramente, família da mulher ficam com as crianças. Isto porque para além da tradição em que geralmente é a mulher a responsável pelo lar, afirmaram também que os homens não têm muito espaço de manobra, só conseguem fazer dinheiro com o arroz e o cajú e quem tem de trabalhar para a produção desses bens são as mulheres e mesmo no dia-a-dia, as mulheres conseguem produzir mais produtos nas hortas e vendê-los para ganhar dinheiro mais depressa e dar resposta às necessidades diárias dos filhos e da casa.

Não comparámos quantitativamente os ganhos económicos de domicílios liderados por mulheres e por homens, mas de acordo com os testemunhos dos entrevistados, podemos afirmar que os domicílios chefiados por mulheres conseguem dar resposta às necessidades dos seus dependentes de múltiplas formas e de forma mais regular. Para além disto, o trabalho nas hortas caseiras, permite a que muitas vezes as mães consigam simultaneamente estar a trabalhar para a subsistência das suas famílias, gerar rendimentos financeiros e estar perto de casa a cuidar dos filhos. Diferente disto, nos agregados monoparentais liderados por homens, à partida os ganhos financeiros embora em maiores quantias, são pontuais e como reconheceram a tradição prepara os *homens para guardar as casas e os filhos e as mulheres para cuidarem delas*, dinâmicas que têm sofrido grandes alterações nos meios urbanos, mas que de um modo geral, ainda estão bastante vincadas nas zonas rurais.

A resiliência das mulheres chefes de família tem permitido não só o sustento das suas famílias, como tem vindo a proporcionar que cada vez mais ela seja uma influenciadora de opinião nos assuntos do quotidiano e nos diálogos para a resolução de conflitos locais. Algumas mulheres afirmaram que a capacidade de conquista e gestão de problemas dessas líderes de domicílios tem resultado na sua inclusão para a resolução de problemas, aquilo a que chamam de *kumpu kombersa*¹⁷, ainda que de forma *tímida*, tem sido reconhecida essa mudança.

Em suma, são várias as estratégias adotadas pelas mulheres rurais chefes de família para a garantia da manutenção dos seus agregados, desde a criação de pequenos negócios, até à adoção de estratégia de influenciar outros indivíduos das suas comunidades para fazerem chegar os seus pontos de vistas, tentando sempre manter a sua participação na comunidade.

¹⁷ Conversas para a resolução de questões/problemas locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste estudo constatou-se que são vários os desafios socioculturais impostos às chefes de família nas regiões rurais da Guiné-Bissau, imposições essas que podem ser de ordem estrutural, como as regras dos usos e costumes tradicionais que ditam as relações sociais, passando por questões como as crises e permanente instabilidade política até a situações como a dependência criada pelas organizações da sociedade civil na tentativa de atenuar as desigualdades estruturais.

Tendo como questão de partida “*Como lidam as mulheres chefes-de-família rurais da Guiné-Bissau com os desafios que se lhes põem na gestão dos seus agregados familiares?*”, ao longo do estudo foi possível constatar que no contexto rural guineense, o fenómeno dos agregados familiares chefiados por mulheres tem vindo a crescer, pelo que este segmento de população já se revela merecedor de atenção tanto por parte de académicos, como também por parte dos responsáveis pela elaboração de políticas públicas, muito em parte devido ao papel fulcral que têm desempenhado na luta contra a pobreza nos agregados por elas chefiados. Em contextos tradicionais, onde o casamento, assente na união entre o homem e a mulher representa um dos pilares para a coesão social e manutenção das comunidades, torna-se importante compreender os fatores que levam mulheres a estarem sozinhas e a assumirem a responsabilidade sobre os seus filhos e menores dependentes. Durante o estudo, foi possível identificar acontecimentos como a morte, a separação ou a migração do marido/companheiro como as ocorrências mais comuns que levam a mulher a assumir a responsabilidade sobre todos os aspetos da sua casa e dos filhos e dependentes. Também foi possível identificar que motivos como a vontade de ser mãe solteira/independente são quase inexistentes. Quando o marido/companheiro morre, e a mulher ainda é jovem, ela tem maior probabilidade de se voltar a casar, mas se durante esse período, acaba por se tornar mãe solteira e não tiver casa, possibilidade de gerar rendimentos, etc., a alternativa é tornar-se chefe do agregado familiar, caso contrário, os filhos podem ficar com familiares do pai. Há, contudo, casos em que as mulheres voltam, com os filhos para junto dos seus familiares. Uma separação, muitas vezes por causa da violência doméstica ou porque o homem casa com novas esposas ou porque o homem abandona a mulher, pode também dar origem a um agregado chefiado por mulheres. A migração por parte do homem, para cidades maiores ou para o estrangeiro, pode também dar origem a um agregado chefiado por mulheres, sobretudo se a situação migratória se tornar definitiva, ou der origem à formação de novas famílias no estrangeiro. Cabendo à mulher que ficou, responsabilizar-se pelo agregado.

Apesar das particularidades étnico-religiosas, na maioria dos casos, os desafios enfrentados pelas mulheres rurais chefes de família nas regiões de Bafatá, Oio e Cacheu assemelham-se, na medida em que social e legalmente se encontram limitadas no acesso a direitos básicos, tais como, o direito a serem reconhecidas legalmente como chefes de família, o direito a possuírem propriedade por via de herança, o direito à equidade de género no acesso à justiça e o direito à segurança económica.

Em contextos de insuficiência do poder e apoio do Estado, as organizações da sociedade civil surgem como forma de colmatar esse vazio, aliados a ação destas organizações, os programas de cooperação internacional procuram cada vez mais empoderar as mulheres nos países em desenvolvimento para a conquista da sua autonomia e independência. Contudo, este processo é feito com base na experiência que se tem das realidades euro-americanas, onde se busca o empoderamento das mulheres ocidentais no contexto das suas vidas. A transportação das ideias euro-americanas para os contextos africanos não tem resultado, na medida em que não é adaptada à realidade rural africana, não só devido às diferenças geográficas e culturais, mas principalmente porque não tem em conta os interesses e vontades das populações alvo. Com isto dá-se uma tentativa de delegar o trabalho da cooperação para os nacionais dos países alvo, contudo, e como observado no estudo, começa-se a notar um novo distanciamento entre os técnicos dos projetos e as comunidades alvo, porque embora haja essa tentativa de aproximação à realidade das comunidades alvo, as diferenças persistem e não são consideradas. No caso do estudo, era claro que algumas mulheres entrevistadas se sentiam acanhadas e incapazes junto aos técnicos, algumas confessando que precisavam da ajuda e de todo o ensinamento de quem lá chega com os projetos. Para além disso, tem sido constante a presença de projetos nessas áreas, e se por um lado era visível essa insegurança e algum complexo de inferioridade face aos técnicos, por outro era nítida a dependência que se criou ao longo dos anos, na medida em que a maioria dos projetos se têm pautado pela doação de bens materiais, sendo que só ultimamente se começa a apostar na capacitação das pessoas. Ou seja, o contínuo fluxo de bens levou a que se esperasse sempre mais, mais projetos, mais doações materiais. Não se pode negar que de facto esses projetos contribuíram e muito para o desenvolvimento de determinadas áreas e em determinados momentos, contudo, não foram grandes as mudanças estruturais e nem sustentáveis, e em certas camadas da população, podem ter fomentado a dependência. No estudo foi possível observar essa consequência, principalmente nas relações e discursos das chefes de família e até mesmo do resto das comunidades, em que foi possível observar que as mulheres tinham discursos construídos para se dirigirem aos técnicos e mesmo nas entrevistas

individuais, tentavam conduzir a entrevista para os problemas delas e mostrar o quanto precisavam de ajuda!

Contudo, depois de algumas conversas e ao ouvir as histórias e experiências das mulheres e da forma como conduziam os seus agregados, ficava claro que eram capazes de fazer planos e adaptar-se aos seus meios para os resolverem, não da forma como uma mulher ocidental os resolveria, mas de um modo particular e que permitia a obtenção de resultados desejados para si e para o bem-estar das suas famílias. A criação de organizações mutualistas, as *abotas*, a criação de pequenos negócios, a aquisição de terras de cultura e terrenos para construção de propriedades, bem como a aposta na educação dos filhos através do pagamento dos salários dos professores públicos, revelam esse carácter resiliente das mulheres chefes de agregado familiar em zonas rurais. Este empreendedorismo tem permitido responder às necessidades dos agregados, como pagar a escola dos filhos e outras despesas domésticas, como também criar formas de garantir maior segurança das chefes de família através de poupança e aquisição de terras de cultivo e terrenos para construção de habitações próprias, que como asseguram, também irão garantir o futuro das filhas e outras gerações vindouras.

Sendo ainda poucos os trabalhos e estudos académicos relacionados ao tema das mulheres chefes de família rurais, espera-se que este trabalho contribua para um maior conhecimento sobre as condições das mulheres rurais guineenses, particularmente as mulheres chefes de família, que se conheça mais sobre a sua realidade, as suas vivências e as suas ações e vontades e que se tenha noção de que elas querem mudar e querem o melhor para si e para os seus filhos, contudo sem terem de deixar de ser quem são. Por outro lado, que este estudo possa chegar a pessoas que estejam na expectativa de ir trabalhar para estes locais e que possam entender que é necessário *dar voz* às mulheres e ouvir o que elas querem e têm a dizer.

A falta de estudos e bibliografia sobre o tema das mulheres chefes de família, a dificuldade de obtenção de dados sobre o tema na Guiné-Bissau e os recursos financeiros e tempo limite no terreno limitaram a recolha de dados quantitativos que talvez pudessem ter trazido maior riqueza ao estudo. Em pesquisa futura talvez se pudesse considerar essa recolha sobre os números de chefes de família, a composição dos agregados e seguir individualmente algumas dessas chefes de família, para conhecer a forma como gerem os seus agregados. Importante também seria abrir o campo de análise à questão da força dos valores e normas tradicionais.

BIBLIOGRAFIA

1. Anderlini, S. N. (2007). *Women Building Peace: what they do, why it matters*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
2. Appleton, S. (1996). Women-headed households and household welfare: An empirical deconstruction for Uganda. *World Development, Issue 12*, 1811-1827.
3. Banco Mundial. (2012). *Latin America and the Caribbean Poverty and Labor Brief: The effect of Women's economic Power in Latin Aericia and the Caribbean*. Washington D.C.: Banco Mundial.
4. Barros, M. d., e Semedo, O. C. (2013). *A participação das mulheres na política e na tomada de decisão na Guiné-Bissau*. Bissau: UNIOGBIS.
5. Benzinho, J., e Rosa, M. (2015). *Guia Turístico: à descoberta da Guiné-Bissau*. Coimbra: Gráfica Ediliber.
6. Bernard, H. R. (2006). *Social Research Methods: Qualitative and Quantitative Approaches* . Oxford: AltaMira Press.
7. Borges, M. (2010). Migrações e Género: Acerca das migrações guineenses em Portugal. 7.º *Congresso Ibérico De Estudos Africanos*, (Pp. 1-20). Lisboa.
8. Buvinic, M., e Gupta, G. R. (1997). *Female-Headed Households and Female-Maintained Families: Are They Worth Targeting to Reduce Poverty in Developing Countries?* *Economic Development and Cultural Change*, 259-280.
9. Campos, S. (2019). *Moranças-Habitats tradicionais da Guiné-Bissau*.
10. Canastra, F., Haanstra, F., e Vilanculos, M. (2015). *Manual de Investigação Científica da Universidade Católica de Moçambique*. Cidade da Beira: Craft Chadambuka.
11. Carby, H. (1996). *White Woman Listen! Black Feminism and the Boundaries of Sisterhood*. *Black British cultural studies* (pp. 61-86). Chicago.

12. Chant, S. (2003). *Female household headship and the feminisation of poverty: facts, fictions and forward strategies*. New Working Paper Series, Issue 9, LSE Gender Institute.
13. Crenshaw, K. (1989). *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. University of Chicago Legal Forum , 138-166.
14. Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução Luciana de Oliveira da Rocha, . - 2. ed. Porto Alegre: ARTMED.*
15. Cunha, T. (2006). *As Mulheres Africanas no âmago do seu Continente - Para além da subjugação e da raiva. IX Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais – Ciências Sociais e os Desafios das Sociedades em Desenvolvimento-Dinâmicas, Mudanças e Desenvolvimento no Século XXI*, (pp. 1-21). Luanda .
16. Diop, C. A. (1982). *A Unidade Cultural da África Negra-Esferas do Patriarcado e do Matriarcado na Antiguidade Clássica*.
17. Domingues, M. M. (2000). *Estratégias Femininas Entre As Bideiras De Bissau* . Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Tese de Doutoramento em Antropologia Cultural e Social.
18. Ferreira, P. M. (2015). *O nosso mundo, a nossa dignidade, o nosso futuro: Mulheres e Raparigas* . Camões - Instituto da Cooperação e da Língua.
- 19.
20. Flick, U., Kardorff, E. v., & Steinke, I. (2004). *A companion to qualitative research*. Glasgow: Bell & Bain Ltd.
21. Fragoso, K. P. (2014). *Uma prática cultural pode ser considerada moralmente indefensável?* Ítaca, 177-194.
22. Frias, S. (2006). *Mulheres na Esteira, Homens na Cadeira*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
23. Frias, S. (2019). *Apontamento em torno do conceito de Bairro: um olhar sobre os bairros de Maputo*. Menezes, Marlucci and Smaniotto Costa, Carlos (Eds.) (2019). *Neighbourhood & City - Between digital and analogue perspectives / Bairro & Cidade - Entre perspetivas*

- digitais e analógicas. CyberParks Project. Series Culture and Territory (3)* pp. 221-234. Lisbon: Edições Universitárias Lusófona. ISBN 978-989-757-077-3. <http://cyberparks-project.eu/publications>
24. Frias, S., Estêvão, J., Évora, I., Cardoso, L., Santos, J., e Oliveira, A. F. (2016). *Avaliação do Projeto de Apoio à Intensificação da Produção Alimentar na Guiné-Bissau (2008-2013)*. Lisboa.
25. Giddens, A. (1999). *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
26. Henriques, A., Silva, C., Sá, I., Có, J. R., Sambu, M. G., Fernandes, S., . . . Jandi, Z. (2015). *Desafios Ora di diritu*. Bissau: ACEP-Associação para a Cooperação entre os Povos, Lisboa, Portugal.
27. ILAP II Ministério Da Economia Do Plano E Integração. (2011). *Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza (ILAP2)*. Bissau: INE_Guiné-Bissau.
28. INE_Instituto Nacional da Estatística (16 de julho de 2020). INE-Guiné-Bissau. Obtido de <http://www.stat-guinebissau.com/>.
29. INE_Instituto Nacional da Estatística (2009). *Republica da Guiné-Bissau -Recenseamento Geral da População e Habitação 2009*. Bissau, Guiné-Bissau: INE-GB.
30. INE_Instituto Nacional da Estatística (2017). Indicadores Múltiplos (MICS5) 2014.
31. Joseph, G. I., e Lewis, J. (1981:23). *Common Differences: Conflicts in Black and White Feminist Perspectives*. Garden City: Doubleday & Co, Anchor Pres.
32. Kimberly F., e Grubba, L. S. (2017). *The Women' Stuggle For Public Space In First Wave Of Feminism: Sufragette*. Direito e Desenvolvimento, João Pessoa, v. 8, n. 2, 261-278.
33. Klasen, S., Lechtenfeld, T., & Povel, F. (2011). *What about the Women? Female Headship, Poverty and Vulnerability in Thailand and Vietnam*.
34. Kwononoka,A., (2015). *A unidade cultural da África Negra: uma reflexão de grande alcance teórico e metodológico*. Mulemba.

35. Lopes, C. (2011). *O Papel da Mulher no Microcrédito na Guiné-Bissau: Estudo de Caso em Pitche e em Pirada*.
36. Mbiti, J. S. (1969). *African Religions and Philosophy*. Heinemann.
37. Mekiwane, M., e Palamuleni, M. (2007). *Families and households in post-apartheid South Africa: Socio-demographic perspectives*. 1-89.
38. Mendes, L. F. (2010). *Democracia na Guiné-Bissau: Por uma mudança de mentalidades*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
39. Mianda, G. (2014:9). *Reading Awa Thiam's La parole aux Nègresses through the Lens of Feminisms and English Language Hegemony*. Atlantis 36.2, 8-19.
40. Milazzo, A., e Walle, D. v. (2015). *Women Left Behind? Poverty and Headship in Africa*. World Bank Group.
41. Millward, J. (2007). *More History Than Myth: African American Women's History Since the Publication of Ar'n't I a Woman?*. California: California Digital Library.
42. Ministério da Saúde Pública/UNICEF: Inquérito sobre o estado nutricional das crianças e mulheres, Dezembro 2012.
43. Moghadam, V. M. (2005). *The "Feminization Of Poverty" And Women's Human Rights*. Paris: Social and Human Sciences Sector UNESCO.
44. Mónico, L. S., Alferes, V. R., Castro, P. A., & Parreira, P. M. (2017). A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa, (pp. 724-733).
45. Mookodi, G. (2000). *The Complexities of female household headship in Botswana*. Pula: Botswana Journal of African Studies, Vol.14 No.2, 148-163.
46. Mwaura, P. (2015). *A família na África*.
47. Nkealah, N. (2016). *(West) African Feminisms and Their Challenges*. Journal of Literary Studies, 61-74.

48. ONU. (2015). *Guia sobre Desenvolvimento Sustentável: 17 objetivos para transformar o nosso mundo*.
49. ONU. (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos.
50. Oyewumi, O. (2004). *Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies*. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. *CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar*, p. 1-8 .
51. PAM (2017. Inquérito SiSSAN maio 2017; Boletim n4 Junho 2017.
52. Pinto, C. R. (2010). *Feminismo, História e Poder*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 18, 15-23.
53. PNUD. (2014). *Relatório de Desenvolvimento Humano*. Nova Iorque: PNUD.
54. PNUD-. (2016). *Human Development Report 2016-Human Development for Everyone*. Washington DC, USA: Communications Development Incorporated.: PNUD.
55. PNUD. (2017). *Desenvolvimento Humano para Além das Médias: 2017*. Brasília: PNUD.
56. PNUD. (2018). *Human Development Indices and Indicators*. 1 UN Plaza, New York, NY 10017 USA: United Nations Development Programme.
57. Quintino, M.C. (1999). *Guineenses: Estratégias de Invenção de uma Comunidade*. Dissertação de Doutoramento em Ciências Sociais, Ramo de Antropologia Cultural. Lisboa: ISCSP.
58. Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2018). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
59. Reis, B. (04 de janeiro de 2017). Os conteúdos em análise – teorias e práticas da análise de conteúdo. Metodologia de Investigação: experiências de pesquisa em contextos moçambicanos, pp. 205-235.
60. Ribeiro, M. e Marques, S. (2002). *Uma leitura das ONGD portuguesas no início do século XXI: trajetória e dinâmicas*. Lusotopie, 131-143.

61. Riddell, R. C. (2008). *Does Foreign Aid Really Work?* Oxford.
62. Roque, S. (2004). *Género e Educação para o Desenvolvimento: Quando o invisível e o não dito são o ponto de partida*. Revista Fórum DC, 1-7.
63. Scott, J. (1996). *Género: uma categoria útil para a análise histórica*. Recife: SOS Corpo.
64. Siqwana-Ndulo, N. (1993). *Rural African Family Structure in the Eastern Cape Province, South Africa*. Califórnia.
65. Therborn, G. (2006). *African Families in a Global Context*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet.
66. Tiniguena. (2018). *Estudo e Diagnóstico Participativo sobre a situação Socioeconómica, Educativa, Cultural e Política das Mulheres Rurais e Produtores em 40 Comunidades nas Regiões de Cacheu, Oio e Bafata*.
67. Trad, L. A. (2009). Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 19 [3], : 777-796.
68. Walle, D. v., e Milazzo, A. (6 de Novembro de 2017). *Poverty is falling faster for female-headed households in Africa* .
69. Yin, R. K. (1994). *Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos* (2 ed.). Porto Alegre: Bookman.

ANEXO 1- Cronograma das visitas “Mulheres Rurais” da ONG Tiniguena

Dias	Hora	Sector	Comunidade
16/10	10h	Bafatá	Gã Turé
	14h		Bidjine
17/10	9h		Djan-na
	14h	Cosse	Pate Banna
18/10	9h		Campaté
	14h		Madina Aladje
19/10	9h	Bambadinca	Bantandjan
	14h		Amedalai Bassum
20/10	9h	Xitoli	Darsalam
	14h		Sintchã Demba Djae
21/10	Bissau		
22/10	10h	Contuboel	Contuboel II
	14h		Madina Sara
23/10	9h	Ganadu	Sintchã Sutu
	14h		Sare Gana
24/10	9h		Gã Basse
	14h		Free
25/10	9h	Mansoa	Malafo
	14h		Bindoro
26/27/28	Bissau		
29/10	9h		Portogole
	14h		Cutia
30/10	9h		Ponta Nova
	14h	Manssaba	Simbor
31/10	9h		Kandjadj
	14h		Cambedju
01/11	9h	Farim	Bafata Oio
	14h		K3
02/11	9h		Binta
	14h		Nhambaran
03/04	Bissau		
05/11	9h	Canchungo	Pandim
	14h		Guita 1
06/11	9h		Cabienque
	14h		Tchur Brick
07/11	9h	Cacheu	Bijope
	14h		Bachil
08/11	9h	Bigene	Tarreiro de Estrada
	14h		Gã Jandi
09/11	9h	S. Domingos	MBaiã
	14h		Elia
10/11	9h		Madina Varela
	14h		Suzana

ANEXO 2- Data dos *fora Regionais de Mulheres Produtoras Rurais* da ONG Tiniguena

Local	Dias	Nº de participantes	Nº de entrevistadas
Bafatá	28-29 e 30 de novembro de 2018	32 mulheres	4
Oio	1-2 e 3 de dezembro de 2018	24 mulheres	2
Cachéu	4-5 e 6 de dezembro de 2018	22 mulheres	2

ANEXO 3- Questões iniciais elaboradas em parceria com os técnicos da Tiniguena

Direitos Fundiários

- Qual é o papel da mulher nas questões da terra?
- A mulher tem direito na terra da família?
- A mulher pode herdar a terra do pai ou do marido?
- Quando se separa do marido, ela tem direito à terra?
- A mulher pode comprar terra?

Direitos Económicos e acesso à Justiça

- Sabe o que são direitos humanos?
- O que é a justiça de tabanka e a justiça do Estado??
- Quais são os direitos das mulheres nas questões de justiça?
- As mulheres participam na justiça?
- Conhecem os locais formais de acesso à justiça?
- Sentem-se representadas nos locais de acesso à justiça?

Direitos económicos e sociais

- Quais as formas de ganhar dinheiro?
- Quais as atividades que geram mais rendimentos para as mulheres?
- Quais as despesas familiares frequentes?
- Quem gere os rendimentos ganhos?
- Existem espaço e meios que permitam fazer boa gestão dos rendimentos?
- Conhecem os meios e formas de maximizar os ganhos (materiais de trabalho, microcréditos)?
- Existem formas de organização comunitária para apoiar o trabalho das mulheres?
- Quem realiza as cerimónias?
- Quem pode participar nas cerimónias?

Negociação e mediação de conflitos

- Que tipos de conflitos existem nas suas comunidades?
- Quem participa na mediação desses conflitos?
- Quando existe um conflito entre um filho e uma filha como é gerido?
- Quando existem conflitos entre marido e mulher como é tratado?
- Quem realiza as cerimónias tradicionais?
- Conhecem mulheres que participem no “Kumpu kombersa”;
- Conhecem mulheres deputadas?

ANEXO 4- Guião dos *djumbais* sobre a condição das mulheres chefes de família

1. Região:
2. Nome:
3. Idade:
4. Quem é o chefe de família:
 - a. Motivos que levaram a assumir a chefia familiar
5. Religião:
6. N° de filhos:
 - a. N° de menores dependentes:
 - b. Os menores dependentes frequentam a escola?
7. N° de pessoas do agregado familiar:
8. Nível de escolaridade:
9. Tipo de atividade económica realizada para o sustento da casa:
 - a. Consegue fazer poupanças?
10. Possui habitação própria?
 - a. Se não, porquê?
 - b. Se sim, como é que a adquiriu/construiu?
11. Tem apoio de familiares?
12. Quais são as principais dificuldades encontradas na gestão da casa?
13. Como são as relações com os membros do agregado e família alargada?
14. Como é que os homens da família encaram a liderança feminina?
 - a. Como é que os homens da comunidade lidam com as mulheres chefes de família?

15. Como são as relações com os vizinhos?
16. Quais as forma que tem encontrado para manter a família?
17. Tem conhecimento sobre ONGs?
18. Conhece-se algum projeto de ONGs?
19. Considera-as necessárias nas comunidades?
20. Como é que tem preparado o futuro dos elementos do seu agregado?